

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RÉGIS ZUCHETO ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESIAL NO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2000-2015)**

Porto Alegre

2016

RÉGIS ZUCHETO ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESIAL NO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2000-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Angélica Hernández Haffner

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Régis Zucheto

A INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESIAL NO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2000-
2015) / Régis Zucheto Araujo. -- 2016.
60 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernández
Haffner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Setor empresarial. 2. Partido Comunista
Chinês. 3. Planos quinquenais. 4. República Popular
da China. I. Hernández Haffner, Jacqueline Angélica
, orient. II. Título.

RÉGIS ZUCHETO ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESIAL NO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2000-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Angélica Hernández Haffner – Orientadora

UFRGS

Prof.^o Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gilberto e Vera, que sempre encorajaram o estudo, não apenas como instrumento de crescimento intelectual, mas também de crescimento pessoal. Guardarei para sempre a frase expressa por ambos de que “podem nos tirar tudo, menos o conhecimento”. Agradeço pelo esforço, carinho, atenção, cuidado, e, acima de tudo, ao amor incondicional durante toda a minha vida. Se não fosse pelo incentivo constante de vocês, jamais teria chego onde estou e tenho certeza de que estarão ao meu lado a qualquer momento, apoiando e dando suporte à minha jornada.

À minha irmã, Andréia, que é um porto seguro nos momentos de fraqueza, fonte de conhecimento, experiência, orientação e amor para lidar com as adversidades da vida e modelo a ser seguido para conquistar o que anseio. Agradeço pelo zelo, preocupação e pelo amor incondicional, que permitiram e ainda permitem que minha trajetória seja mais leve e protegida contras possíveis pedras no caminho. Sem seu apoio, não teria “posto meus pés no chão” para de fato encarar o início da vida adulta e sequer teria vindo ao mundo se não fosse pelo seu desejo de ter um irmão. Minha gratidão é eterna por te ter ao meu lado.

Aos meus familiares, principalmente à minha prima, madrinha e comadre Daniele e ao meu compadre Carlos Eduardo, por cuidarem de mim por pelo menos metade dos meus anos na Universidade, provendo todo o amparo e afeto frente à distância em relação a meus pais e minha irmã, servindo como base de sustentação para qualquer momento difícil e também para os de alegria. Crescemos muito no tempo em que moramos juntos e ainda mais a partir desse ano, em que temos mais um laço que nos une eternamente: o pequeno Bento. Quero ser para ele o mesmo exemplo que vocês são para mim.

Aos meus amigos queridos, de qualquer parte do mundo, que sempre estão comigo apesar da difícil tarefa que é compreender esse sonoro constante que sou, principalmente às amigas Letícia, Marcela e Kátia por verem em mim um amigo em quem confiar.

À minha orientadora, professora Jacqueline, por acreditar no meu potencial desde os primeiros anos da Universidade com a iniciação científica e crer que posso sempre ir além. Sinto-me honrado pelos seus ensinamentos e pela sua amizade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do setor empresarial no modelo de desenvolvimento da República Popular da China por meio dos Planos Quinquenais referentes ao período que vai dos anos 2000 até 2015. A partir disso, o estudo visa afirmar que o setor empresarial chinês, por meio da adesão ao Partido Comunista Chinês (PCCh), conseguiu gerar mudanças na abordagem dos Planos Quinquenais entre os anos 2000 e 2015, bem como fazer com que seus interesses fossem beneficiados com as medidas implantadas pelos Planos. Para tanto, essa monografia visa organizar cronologicamente o surgimento do setor empresarial chinês, seu fortalecimento com a globalização e a aproximação com o governo chinês desde que as políticas de promoção do crescimento das empresas públicas e privadas foram iniciadas. A partir disso, se analisa como a relação entre esses dois atores resultou em ganhos em termos de crescimento para o setor empresarial no período em discussão. Essa análise obedece a técnica de abstração teórica sobre a relação entre o setor empresarial e o governo chinês para posterior interpretação estatística dos ganhos do setor empresarial após engendrar-se no PCCh. Assim, o trabalho pretende mostrar a evolução da relação citada e sua interferência no modelo de desenvolvimento chinês.

Palavras-chave: República Popular da China. Setor empresarial. Partido Comunista Chinês. Planos quinquenais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the influence of the business sector on the development model of the People's Republic of China through the Five Year Plans of the period that goes from 2000 to 2015. From this, this paper aims to affirm that the Chinese business sector, through adhering Chinese Communist Party (CCP), managed to make changes in the approach of the Five Year Plans between 2000 and 2015, as well as make its interests get benefited with the measures from the Plans. To that end, this papers aims to organize chronologically the emergence of the business sector, its fortification with globalization and its approximation with the Chinese government since the policies to promote the growth of public and private companies have started. From that, it's analyzed how the relation between these two actors resulted in earnings in terms of growth to the business sector in the period under discussion. This analysis obeys the theoretical abstraction technique over the relation between the business sector and the Chinese government for later statistical interpretation of the earnings of the former after engendering in the CCP. Thus, this paper intends to show the evolution of the aforementioned relationship and its interference in the Chinese development model.

Keywords: People's Republic of China. Business sector. Chinese Communist Party. Five year plans.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O crescimento no setor privado da China.....	29
Tabela 2: Impacto da Adesão ao PCCh nas Empresas Privadas, 1999 e 2005.....	31
Tabela 3: Características das Empresas Privadas, 1999 e 2005.....	33
Tabela 4: Porcentagem de Empresários do Setor Privado em Postos Políticos.....	35
Tabela 5: O ritmo das reformas na China.....	36
Tabela 6: Preferência dos empresários por crescimento ao invés de estabilidade.....	38
Tabela 7: Ameaçadas à estabilidade entre os Empresários Privados.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	– Assembleia Nacional Popular
BRIC	– Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	– Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
GATT	– Acordo Geral de Tarifas e Comércio
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCCh	– Partido Comunista Chinês
EPC	– República Popular da China
TC	– Trading Company
TVE	– Township and Village Enterprises
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	– Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O SURGIMENTO DO SETOR EMPRESARIAL E A RELAÇÃO COM O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS.....	14
2.1 Pequena revisão da história chinesa antes das reformas.....	14
2.2 As reformas econômicas de Deng Xiaoping nas grandes e médias empresas públicas e a reforma incremental (1978-1990).....	17
2.3 A Criação do “time nacional” e a política <i>Going Global</i> (1990-2000).....	25
3 A INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESARIAL NOS PLANOS QUINQUENAIS (2001-2015).....	40
3.1 Os 10º, 11º e 12º Planos Quinquenais.....	44
4 CONCLUSÕES.....	55

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa se propõe a investigar e analisar como o setor empresarial tem afetado a orientação do modelo de desenvolvimento chinês entre os anos de 2000 até 2015. Para tanto, pretende-se apresentar as variáveis que pautam as diretrizes das alterações desse modelo de desenvolvimento, a fim de que as demandas e reivindicações do setor empresarial fossem atendidas, com atenção especial aos efeitos gerados aos ganhos obtidos por esse setor no comércio internacional. Dentre as variáveis a serem exploradas, o trabalho focará na origem do setor empresarial chinês e seu fortalecimento com as políticas de expansão das empresas chinesas entre as décadas de 1980 e 2000, assim como na evolução da relação desse setor com o Partido Comunista Chinês (PCCh) durante esse período de expansão e nos primeiros quinze anos do século XXI, para, então depreender quais foram os ganhos obtidos dessa interação e como ela impactou os Planos Quinquenais.

A escolha de limitar a pesquisa à República Popular da China (RPC) decorre da necessidade de explicar como o setor empresarial consegue induzir o processo de tomada de decisões dentro do governo chinês de forma que seus interesses sejam abordados e levados em consideração na formulação das políticas econômicas do país. A pesquisa focar-se-á no período que vai do início dos anos 2000 e que se estende até 2015 devido aos atos e planos que se iniciam e/ou se completam nesse período na história econômica chinesa. A importância dessas datas remete, no primeiro caso, em 2001, à adesão da República Popular da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a implantação do 10^a Plano Quinquenal; e no segundo caso, em 2015, ao processo de conclusão do 12^o Plano Quinquenal estabelecido pela Assembleia Nacional Popular (ANP) da RPC em 2011.

Tendo em vista o processo de crescimento da economia chinesa, ocorrido desde 1978, por meio de um modelo de desenvolvimento voltado para exportações, o presente trabalho tem como objetivo principal o estabelecimento de umnexo causal entre os interesses do setor empresarial e o modelo de desenvolvimento chinês, perpassando pelas mudanças ocorridas nele como influência dos três planos quinquenais que abarcam o período em estudo – o 10^o, o 11^o e o 12^o Planos. Por conta disso, a pesquisa em questão visa apresentar as principais transformações estruturais pelas quais os Planos passaram no período a ser estudado como decorrência dessa influência do setor empresarial, tendo em mente que os Planos quais ditam os parâmetros do

modelo de desenvolvimento chinês, responsável por guiar o rumo da economia do país a cada período de cinco anos.

A presente pesquisa possui como objetivos específicos: (1) identificar o crescimento do setor de empresas privadas, paralelamente ao setor de empresas públicas, por meio de políticas econômicas promovidas pelo governo chinês; (2) detectar as alterações no modelo de desenvolvimento chinês, ajustado pela influência do setor empresarial, fortalecido após a solidificação das políticas de crescimento, por meio dos Planos Quinquenais referentes ao período estudado, de forma que seus interesses fossem atendidos e endereçados nas políticas econômicas desses Planos; (3) e, finalmente, mostrar como o setor empresarial chinês beneficiou-se dessa aproximação com o Partido Comunista Chinês, mostrando a evolução da relação entre esses dois atores, tal qual os ganhos em termos de crescimento para esse setor, decorrentes dessa relação com o PCCh. A pesquisa em questão trabalhará com a hipótese central de que a partir da relação de cooperação mútua existente entre os agentes políticos do Partido Comunista Chinês e o setor empresarial chinês foram promovidas mudanças na estruturação do modelo de desenvolvimento chinês, por meio da participação desse setor no PCCh.

Dentro do argumento geral a ser analisado, a pesquisa trabalhará com as seguintes hipóteses específicas: (1) pode-se perceber a influência do setor empresarial na elaboração dos Planos Quinquenais, uma vez que os empresários estão inseridos no PCCh, assim como os agentes políticos do Partido também estão envolvidos no setor privado, o que gera influências nas políticas a serem seguidas pelo governo também de forma retroativa; (2) com as mudanças internas que acontecem na economia chinesa, os empresários passam a se beneficiar do projeto chinês de internacionalização.

Levando em consideração a estruturação exposta acima, é pertinente destacar a origem da discussão proposta, em que, durante as reformas econômicas geridas por Deng Xiaoping na República Popular da China, foi fomentada a criação de um grupo de grandes empresas industriais, as quais foram nomeadas de “time nacional”. Essas reformas econômicas de Deng Xiaoping tiveram base na atuação das *trading companies* como ferramenta de expansão das indústrias locais chinesas, principalmente no que diz respeito ao seu acesso ao comércio internacional, e das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), as quais confluíam a produção industrial de áreas estratégicas, que se favoreciam de diversos benefícios fiscais e tarifários, com o

investimento direto estrangeiro – e a tecnologia – de indústrias vindas de fora, possibilitando mais desenvolvimento interno a ser aplicado na economia externa. Esse apoio à indústria e à empresa chinesa ocorreu, primeiramente, de forma a possibilitar ganhos às empresas comandadas pelo Estado: no governo chinês, empresas de setores estratégicos da indústria eram de posse Estatal e as políticas de Deng visavam enaltecer as vantagens comparativas dessas indústrias para que, posteriormente, essas empresas pudessem ter maior autonomia.

As primeiras tentativas de executar esse plano de reformas nas empresas estatais não foram bem sucedidas por conta de instabilidade econômica no período, de falta de instituições características de uma economia de mercado – lembrando que o processo de abertura econômica da RPC ainda estava em andamento – e da falta de absorção da mão-de-obra que então migrava da área rural para a área urbana – em um processo de urbanização da população chinesa. Essa falta de aparato típico de uma economia de mercado fez com que a atenção se voltasse às empresas e indústrias que não estivessem ligadas ao governo chinês, ou seja, “privadas”, por assim dizer, regulamentadas na década de 1980, e que abasteceram o crescimento econômico do período, servindo de base para uma nova tentativa de reforma das empresas estatais.

Com maior apoio interno dentro do Partido Comunista Chinês e com suporte econômico provido pelo desenvolvimento econômico derivado do vigor das empresas privadas, agora permitidas no núcleo da economia chinesa, Jiang Zemin, sucessor de Deng Xiaoping, realizou a reforma das empresas estatais por meio de abdicação de cerca parte do poder estatal em termos de administração, o que aumentou as possibilidades de crescimento a essas empresas por meio de participação do capital externo nas suas negociações. Com isso, foi proposta a iniciativa de criar o time nacional, já mencionado, composto por empresas chinesas que pudessem competir com as grandes corporações do comércio internacional, fomentando as indústrias que tivessem vantagens comparativas e/ou potencial para angariar avanço econômico no mercado externo. A ideia tomou corpo e foi seguida por um cenário de decisões e atitudes que desenhavam uma trajetória de aproximação entre o governo chinês e o empresariado do país.

Pensava-se que o poder da economia nacional deveria ser centralizado e manifesto no poder e na competitividade internacional de suas grandes empresas e grupos empresariais. Com o aprofundamento das políticas de crescimento do time nacional, os líderes dessas empresas, tanto do setor privado como do setor público (ou seja, as empresas Estatais ou de controle misto)

começaram a apresentar um papel significativo na sociedade globalizada que se estruturava na década de 1990. O Partido Comunista Chinês, percebendo tal fato e visando evitar que essa classe se organizasse como oposição em algum momento, optou por permitir a associação entre esse setor e o próprio PCCh. Desde então, o PCCh tem se associado com o setor privado, tanto por meio de cooptação dos líderes para aderirem ao partido como por meio de estímulos a seus membros a participarem de atividades no setor privado. Esses líderes – tanto do PCCh como do setor privado – compartilham de interesses similares acerca da promoção do crescimento econômico e da perpetuação do sistema político, uma vez que os líderes dos grupos empresariais tem prosperado por meio desse último e, portanto, formam uma forte base de suporte ao Partido.

A estratégia política de adaptação da economia da RPC às mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos tem sido composta, principalmente, por esse abarcamento do setor privado. Esse cenário se concretiza com a implantação da estratégia *Going Global*, nos anos 2000, em que as empresas que compunham o time nacional foram lançadas em um processo de internacionalização, isto é, sua competitividade estava, então, sendo posta em prova, uma vez que o projeto ficara em desenvolvimento por uma década. Paralelamente a isso, a República Popular da China ingressa na Organização Mundial do Comércio, adaptando sua economia aos padrões econômicos globais; o grupo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – é mencionado pela primeira vez, o que geraria, posteriormente, na união *per se* desses países em uma aliança que, posteriormente, seria expandida com a adesão da África do Sul, mudando o nome do grupo para BRICS; e, por fim, Jiang Zemin torna legal a participação de membros das empresas privadas no Partido Comunista Chinês e, portanto, na tomada de decisões dos rumos da política da República Popular da China.

Essa permissão concedida ao empresariado ocorre no momento de expansão do time nacional, ou seja, em que os donos das empresas também iniciam a projetar-se na esfera do poder que advém das crescentes negociações internacionais. Visando controlar a ameaça ou, em outras palavras, neutralizar essa ameaça em potencial, o PCCh permite a entrada desses novos atores no jogo político e se adapta a uma nova realidade, uma vez que, querendo ou não, os anseios do empresariado chinês são congruentes com os do Partido Comunista Chinês: o crescimento econômico da República Popular da China. Hu Jintao, o sucessor de Jiang Zemin, dá continuidade às suas políticas de aprofundamento da liberalização da economia chinesa (levando

em frente as ideias de Zemin presentes no 9º Plano Quinquenal para o 10º Plano Quinquenal) e da anuência à participação do setor empresarial no órgão político superior do governo chinês, sendo a sua presença, agora, constante na tomada de decisão dos rumos a serem tomados pela economia chinesa, principalmente no 11º e no 12º Planos Quinquenais.

Considerando esse desenvolvimento histórico, a escolha de proposta de pesquisa também se justifica pela necessidade de se estudar a relação entre o governo e o setor privado na República Popular da China que se baseia na confluência de interesses a fim de que obtenha o crescimento econômico do país, o que não ocorre em todos os Estados. Tomadas em consideração as particularidades de cada país, essa relação e os resultados que se fazem perceptíveis na economia chinesa podem servir como modelo para os países em que esse vínculo entre o governo e o setor privado não ocorre de forma efetiva e/ou é influenciado por outras variáveis.

Tendo em vista o crescimento da relação do setor privado, na República Popular da China pós-reformas, com o Partido Comunista Chinês e o pouco conhecimento acadêmico brasileiro acerca do assunto, o presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento nas universidades brasileiras a respeito desse vínculo em prol do desenvolvimento chinês e no levantamento da literatura sobre o assunto. Finalmente, o trabalho de pesquisa proposto resulta também de vontades pessoais do pesquisador, que pretende prosseguir sua carreira no mercado de trabalho no setor privado e continuar seus estudos na mesma área, sendo necessário ter base de conhecimento acadêmico para tanto. Nesse sentido, a pesquisa a ser seguida deverá contribuir, em caráter pessoal, para o desenvolvimento profissional e pessoal do autor.

Esta monografia está composta por três capítulos, que incluem esta introdução, um segundo capítulo que expõe a lógica de execução das reformas de Deng Xiaoping no sentido da abertura econômica e da expansão das empresas chinesas tanto privadas como estatais; um terceiro capítulo, que apresenta os planos quinquenais e a influência do setor empresarial na formulação do modelo de desenvolvimento da economia chinesa, por meio de incentivos às empresas e indústrias inseridos nos planos quinquenais, por último são apresentadas as conclusões desta monografia.

2 O SURGIMENTO DO SETOR EMPRESARIAL E A RELAÇÃO COM O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

O objetivo deste capítulo é, em um primeiro momento, apresentar o histórico que precede as reformas econômicas de Deng Xiaoping que se iniciaram na década de 1970, a fim de que se entenda o contexto político, econômico, cultural e social em que a República Popular da China se encontrava nesta época. Posteriormente, as reformas econômicas são abordadas nos seus principais quesitos: a inserção das *trading companies* e a criação das Zonas Econômicas Especiais, além da expansão das empresas privadas e Estatais com o intuito de criar um time nacional de empresas internacionalmente competitivas. O contexto internacional dessa época também será abordado, assim como o decorrer de todo o período que precede o ano 2000, isto é, as mudanças de governo de Deng para Jiang Zemin até a chegada de Hu Jintao e suas relações com o setor empresarial, e a conjuntura internacional econômica do país, a exemplo de sua inserção na Organização Mundial do Comércio e o surgimento do bloco BRICS.

2.1 Pequena revisão da história chinesa antes das reformas

A história econômica da República Popular da China é marcada por um ponto de inflexão, o qual ocorreu no ano de 1978 – quando se finda o período maoísta, no qual se dá início o processo de reformas econômicas arquitetadas e administradas pelo então líder político do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping. Essas reestruturações econômicas se caracterizaram por um processo de abertura da economia chinesa que abrangia quatro áreas: agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas (MARTINS, 2013). Segundo Kissinger (2011), para Deng a chave para alcançar a modernização seria o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A partir dessas premissas, as transformações pelas quais a RPC passou modificaram profundamente a estrutura produtiva interna do país, assim como seu padrão de inserção externa.

Segundo Lyrio (2010), essas políticas rumavam à conquista do status de única superpotência econômica, política, tecnológica, social e cultural do mundo, que diz respeito ao princípio cultural milenar, difundido entre a população chinesa de que a China seria o “Império

do Meio”, ou seja, o país que está no centro da Terra. Historicamente pode-se analisar a China, segundo o mesmo autor, como uma dinastia que desde os Han (206 a.C. a 220 d.C) “eram contemporâneos e maiores que os Romanos. De fato, a China foi, nesse momento, a maior civilização do mundo, não apenas semelhante à Roma mas muito mais desenvolvida que a Europa medieval”. O autor ainda destaca que “além de ter sido a maior economia do mundo ao longo da maior parte da história dos últimos três mil anos, a China detinha, até o século XV, a maior renda *per capita* do mundo e a liderança em termos de inovação tecnológica. Embora a renda *per capita* do continente europeu tenha superado a chinesa por volta de 1500, a China continuou a deter o maior produto nacional até começos do século XIX. Em 1820, por exemplo, o produto chinês correspondia ainda a 30% do produto mundial, mas já se mostravam os primeiros sinais da queda abrupta que a pequenaria a economia chinesa diante das europeias” (LYRIO, 2010).

À época da Primeira Revolução Industrial (iniciada na década de 1780, de acordo com a classificação de Eric Hobsbawm), liderada pela Grã-Bretanha que, após anos acumulando riquezas a custas das potências ibéricas, ascendeu e firmou-se como potência global, visando, como de costume de qualquer potência, exercer poder sobre todos os países do globo, a China se viu tomada pela pressão inglesa. Isso se deu através da imposição de políticas econômicas liberais por parte dos britânicos aos chineses, os quais adotavam práticas de caráter protecionista, que advinham da crença confucionista, dominante no território chinês, que pregava a descrença no comércio e no lucro. Todavia, essa intervenção não se deu de forma pacífica: os britânicos, demandando, de forma cada vez mais constante, matérias-primas e mercados consumidores para seus produtos industrializados, acabavam por comprar muitos produtos chineses, como seda, porcelana e chá, o que gerava desvantagem comercial, pois aos chineses não interessavam os produtos advindos da Europa (ROBERTS, 2012).

A solução encontrada pelos britânicos para quebrar a economia chinesa foi contrabandear ópio, substância entorpecente admirada pelos chineses; após os britânicos tomarem controle do porto de Cantão, único porto chinês aberto ao comércio externo na época, o ópio entrou em abundância no país, revertendo-se em lucro para eles e na desgraça da população chinesa, agora dependente de uma “droga”. A China teve que lutar pela proibição do ópio e pela expulsão dos britânicos nas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), as quais resultaram na derrota chinesa

e na abertura de diversos portos às economias europeias. Nota-se aí a derrocada da economia chinesa exposta por Lyrio (2010).

Nesse contexto, Sun Yat-Sen funda, após a Revolução de Xinhai de 1911 (a qual destronou a dinastia Qing e instaurou a república na China) um novo partido, o qual “denominou-se Kuomintang, ou Partido Nacional do Povo (Min Pao) que encontrou enorme aceitação e repercussão entre os estudantes e na mocidade em geral” (MARTINS, 2008). O Kuomintang objetivava uma China imperialista e capitalista para fazer frente ao inimigo japonês, o qual havia aderido, com sucesso, ao capitalismo através da Restauração Meiji. Chiang Kai-Shek, crítico do Kuomintang, rompe com o partido em 1921 e cria o Partido Comunista Chinês (PCC): apesar de criar um partido baseado no Comunismo, Kai-Shek une o PCC e o Kuomintang, adotando uma postura mais capitalista, a qual não era bem vista pela população empobrecida, mesmo após Kai-Shek ter tentado angariar apoio popular ao vencer o Japão na Primeira Guerra Sino-Japonesa – a qual tinha como palco a rica região da Manchúria (MARTINS, 2008).

Lyrio (2010) introduz: “Nesse momento psicológico principiou a surgir, distintamente, a personalidade extraordinária de Mao-Tsé-Tung. Esse jovem líder empregou a tática revolucionária europeia, até então exclusivamente usada para a conquista do operariado das cidades, junto aos roceiros que eram força viva da nação. Em vez de conseguir o poder por meio da classe proletária, conquistou-o utilizando os trabalhadores rurais”. Mao Tsé-Tung, no comando do PCC, articula um golpe de Estado para implantar um regime socialista totalitário na China, fazendo o Kuomintang refugiar-se na ilha de Formosa, hoje também conhecida como Taiwan.

Dessa forma, a economia chinesa agora estava nas mãos do Estado: todos os meios de produção e recursos naturais eram de controle estatal. Isso se faz perceber nos ideias expostos por Mao (1940) em uma de suas publicações: “A economia da China deve ser orientada no sentido da restrição ao capital e da igualdade de direito à terra, e jamais deve ser monopolizada por uma minoria. Não podemos nunca deixar os poucos capitalistas e latifundiários manobrar com a vida do povo, nem podemos construir uma sociedade capitalista do tipo europeia ou americano. Quem quer que se coloque contra esta orientação não será capaz de executar sua tarefa e acabará por perder a cabeça”. Percebe-se o ímpeto comunista nas palavras de Mao, mas ao mesmo tempo, o ideário totalitário que serviu como base para o seu governo restritivo, tanto no quesito econômico

como também nas questões sociais. Esse modelo econômico rígido de Mao, imposto a uma economia já fragilizada, não conseguiu mudar e ainda piorou uma conjuntura composta pela baixa produtividade e pela pouca competitividade no mercado externo (ROBERTS, 2012).

Diversas foram as tentativas, durante o governo de Mao, para tentar alavancar novamente a economia da China, como os Planos Quinquenais de 1955– baseados em políticas originárias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – e o Grande Salto para Frente, de 1958: infelizmente, ambos os projetos fracassaram; o primeiro pelos problemas detectados pelos chineses na estrutura dos projetos soviéticos utilizados como base, e o segundo pela não aderência das classes rurais a um programa utópico de industrialização de uma China agrária. A China acabou se tornando um país completamente isolado, tanto na forma política como econômica e social, principalmente pela falta de organização e de manejo estatal, o que acabou resultando em diversos problemas sociais, como o analfabetismo (causado pela Revolução Cultural de Mao – a qual visava conter as contrarrevoluções através do impedimento do ensino), a infraestrutura deficiente – ou até inexistente – e a deficiência tecnológica, os quais preponderaram sobre a China até a morte de Mao em 1976 (LYRIO, 2010; ROBERTS, 2012).

A partir de então, a visão da política chinesa em relação ao mundo ocidental começa a se alterar com a saída de Taiwan e, conseqüentemente, a entrada da China, com apoio dos Estados Unidos de Richard Nixon, no Conselho de Segurança da ONU em 1972 e, conseqüentemente, com a ascensão ao poder chinês, em 1976, de Deng Xiaoping. O fortalecimento do ideário de “Império do Meio”, mencionado anteriormente, dá-se na segunda metade do século XX, culminando na proclamação da República chinesa e, posteriormente, com a ascensão de Deng Xiaoping, visando tornar o misticismo chinês em uma realidade ao fazer a RPC ocupar sua posição dominante de direito perante as demais potências que, desde a Primeira Revolução Industrial, mantiveram práticas de extorsão no país (LYRIO, 2010; KENNEDY, 1988; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

2.2 As reformas econômicas de Deng Xiaoping nas grandes e médias empresas públicas e a reforma incremental (1978-1990)

Antes da efetivação das reformas, a economia chinesa, como exposto anteriormente, era centralizada, ou seja, controlada pelo Estado chinês, proprietário dos meios de produção, e base de convergência do poder político e econômico. Assim, até os anos 1970 a República Popular da China se manteve uma economia extremamente fechada; suas importações, reduzidas, eram altamente concentradas em itens considerados estratégicos para o desenvolvimento da indústria pesada. Por sua vez, as exportações, igualmente estrangidas, evidenciavam a incapacidade estrutural desse setor para custear as importações, sobretudo em bens primordiais ao consumo interno e ao avanço da industrialização, isto é, bens de capital e bens alimentícios (ACIOLY & LEÃO, 2010; ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; BECARD, 2008; CUI, 2002).

Segundo Acioly e Leão, com Deng como representante político em atuação, as reformas econômicas foram introduzidas de forma lenta e gradual (ou seja, foram testadas em um primeiro momento nos municípios e províncias, em escala reduzida, para depois serem implantadas em todo o país), a fim de conquistar uma maior abertura do país ao comércio internacional e conseguir maior flexibilidade e descentralização da produção, objetivando melhorias nas trocas comerciais. Deng aplicou as reformas de forma que elas abrangessem quatro áreas de atuação: agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas, sendo que o desenvolvimento por essas vias permitiria mudanças profundas na estrutura produtiva interna do país, assim como seu padrão de inserção externa (DULBECCO, RENARD, 1999; KISSINGER, 2011; MARTINS, 2013). Essa estratégia definiu uma lógica de execução das reformas de comércio exterior, a qual foi responsável por determinar a significativa mudança qualitativa pela qual as exportações passariam desse momento em diante. Dois mecanismos foram utilizados para a implantação do conjunto de reformas: o uso da *trading companies* (TCs), visando o controle do comércio pelo Estado e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), apresentadas na imagem abaixo.

Imagem 1 – As Zonas Econômicas Especiais, de Desenvolvimento Técnico e Econômico e Centros Econômicos Principais



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Ambos os processos permitiram um aumento no número de companhias exportadoras e importadoras autorizadas pelo Estado a comercializar dentro do território chinês – através da ampliação dos direitos comerciais (concedido apenas a empresas estatais) a essas novas companhias – e na permissão da entrada controlada do investimento direto estrangeiro (IDE), o qual adentrava a economia chinesa por meio delas (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; CHERNAVSKY, 2011). Previamente às reformas, apenas as poucas *trading companies* estatais existentes podiam realizar comércio com outros países; porém, ao serem instauradas as novas tendências econômicas, seguindo um molde de descentralização da gestão econômica, as *trading companies* começaram a surgir nas várias províncias chinesas, apoiadas à produção industrial local, dando maior expressão ao comércio realizado pelas empresas estatais, assim como à produção de setores estratégicos da indústria nacional, e possibilitando a assimilação de áreas do país que antes não eram abarcadas no processo produtivo voltado ao comércio exterior. Aliada a

essa função protetora da indústria nacional, as TCs também impunham diversas restrições para as importações, a fim de dar maiores chances ao produto chinês no mercado externo (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011).

As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) foram criadas e desenvolvidas conjuntamente, as mesmas tomavam forma de cidades ou distritos planejados e que visavam a expansão dos direitos comerciais: *joint-ventures* entre empresas nacionais e empresas estrangeiras – as quais logravam de benefícios fiscais e tarifários, além da mão-de-obra abundante (vantagem comparativa chinesa de maior expressão) – se formaram a fim de exportar produtos produzidos total ou parcialmente dentro do território chinês. Esse mecanismo visava a associação do capital chinês com o investimento direto estrangeiro (IDE), assim como a assimilação da tecnologia trazida pelas empresas estrangeiras, a fim de incorporá-la e aplicá-la no processo produtivo das mercadorias chinesas e melhorar a sua competitividade (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; CHERNAVSKY, 2011).

O setor agrícola foi o primeiro a ser modificado com as reformas propostas por Deng Xiaoping a partir de 1978: foi decidido que elas deveriam ser iniciadas nesse setor pois, naquela época, o setor agrícola era a base das economias nacionais. Posteriormente, com o sucesso na implantação das reformas econômicas rurais, foi acordado entre os integrantes do PCCh, em 1984, que as reformas deveriam ser estendidas aos demais setores da economia chinesa, dando maior enfoque na economia urbana. O setor de indústria e comércio foi incrementado para desenvolver a produção interna de produtos manufaturados voltada para o exterior; o aprimoramento do setor de ciência e tecnologia visava levar a China ao nível de desenvolvimento tecnológico dos demais países desenvolvidos, além de impulsionar o melhoramento do ensino em geral; por fim, o setor militar foi aperfeiçoado para se ter um desenvolvimento de tecnologia militar avançada, assim como para se estabelecer um novo padrão de defesa e segurança para a China continental (TISDELL, 2009).

É importante ressaltar que, nesse regime de comércio das ZEE, as empresas estrangeiras obtiveram a concessão de subsídios financeiros, fiscais e cambiais das mãos do próprio governo chinês, o qual visava um impulso nas exportações dos produtos feitos pelas *joint ventures* com as empresas nacionais chinesas. Também é destaque a mudança na pauta de exportações chinesa, a qual se divide em dois momentos: (1) do início da implantação das reformas até metade da

década de 1990 e (2) desse período em diante. De 1978 até meados de 1990, ela era concentrada na utilização da abundante força de trabalho pelas empresas estrangeiras em associação com as empresas chinesas para produzir bens pouco elaborados voltados à exportação. No segundo momento, dada a geração de conhecimento sobre produtos intensivos em tecnologia, a absorção de *know-how* e a variação da produção industrial nacional, bens mais sofisticados agora compõem majoritariamente a pauta de exportações chinesas (LEÃO, PINTO, ACIOLY, 2011). Nota-se que, durante os vinte primeiros anos de aplicação das reformas econômicas nos quatro setores já descritos e da criação dos dois regimes de comércio baseados, respectivamente, nas *tradings companies* e nas ZEE, a infraestrutura de energia, transportes e comunicação que foi aprimorada, somada à escolaridade ofertada à população, proporcionou a base necessária para o desenvolvimento chinês e o aumento considerável da taxa de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos demais países (LYRIO, 2010).

Entretanto, uma ameaça ao projeto surgiu no início da década de 90: a ascensão, em 1991, de uma ala conservadora do Partido Comunista Chinês (PCCh) põe à prova a tentativa de dar continuidade na execução das reformas. Para evitar essa nova direção do PCCh e do governo chinês, Deng – que estava fora dos cargos oficiais da estrutura de governo, mas ainda exercia influência em vários segmentos da sociedade chinesa – travou entre 1991 e 1992 uma ampla batalha para reestabelecer suas diretrizes, bem como acelerá-las. Depois de muitos enfrentamentos, [...] Deng conseguiu seus objetivos e articulou o “Grande Compromisso”. A configuração do “Grande Compromisso” significou a aceleração – para os padrões do tempo histórico chinês, ou seja, de uma economia praticamente estagnada – do “princípio estratégico da abertura ao mundo exterior” por meio da expansão das ZEE (Zonas Econômicas Especiais, criando inclusive a chamada Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia), da descentralização do planejamento central e de intenso processo de reformas nas empresas estatais. Com esse impulso, os resultados começaram a ser percebidos e durante a década de 1990, cresceram, alavancando a economia chinesa em todos os sentidos (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

De fato houve um aumento significativo das exportações de produtos de média e alta intensidade de tecnologia, em detrimento de *commodities* e bens intensivos em trabalho e recursos naturais, que, não obstante, continuariam, até o final da década, sendo as primeiras categorias de exportação por intensidade tecnológica. Desde modo, em 1990 estes dois grupos de

produtos básicos respondiam por quase 60% das exportações chinesas, e os bens de média e alta intensidade de tecnologia representavam apenas 26% do total. (ACIOLY; LEÃO, 2010).

No que diz respeito às importações, os manufaturados, maquinário e equipamentos ocuparam a maior porção das importações, uma vez que eram necessárias para o desenvolvimento da indústria interna as máquinas advindas de outros países. Esses padrões de exportação e importação da década de 1990 demonstravam a preocupação do governo em sofisticar a indústria interna chinesa, através do melhoramento tecnológico e da absorção de técnicas industriais mais avançadas advindas de fora, visando deixar para trás o modelo que vinha sendo utilizado até 1978, baseado na exportação de *commodities* e de produtos com baixa mão-de-obra. Como expresso por Acioly, Pinto e Cintra (2011), “entre 1978 e 1990, as exportações cresceram em média 15,2% a.a., e as importações, 13,7% a.a., um ritmo de expansão sumamente elevado para um país que estava praticamente fechado até o início do processo de reformas”. As *commodities* e os bens intensivos em trabalho e recursos naturais haviam reduzido sua participação para 47% do total exportado – com destaque para a queda da participação das *commodities*, de mais de 40% - enquanto os bens de média e alta intensidade tecnológica haviam aumentado sua participação para 43% no total (ACIOLY; LEÃO, 2010)

A fim de impulsionar rapidamente a economia, determinados setores receberam incentivos pródigos num primeiro momento, como os setores de energia, infraestrutura viária, indústria de materiais intensivos em capital – como as de máquinas e equipamentos –, a automotiva, a petroquímica e a eletrônica. A partir de 1996, a ênfase recaiu sobre setores tecnologicamente mais avançados, como a microeletrônica, a tecnologia da informação e a indústria aeronáutica, em linha com o objetivo cada vez mais central para o Estado chinês de padrões tecnológicos próprios (LYRIO, 2010). O setor de forças armadas e defesa também recebeu maior ênfase nesse segundo período. De acordo com Becard (2008) “a indústria de defesa foi inteiramente reorganizada para assegurar a modernização de garantir exportações maciças da produção, obedecendo á imperiosa necessidade de obter divisas”. O papel inovador no desenvolvimento de armamentos e sistemas de lançamento permitiu ainda ao exército manter para uso próprio uma grande quantia, em moeda estrangeira, obtida com os negócios das vendas de armamento (BECARD, 2008).

Esse lineamento histórico, cultural e religioso é de fundamental importância para explicar a efetividade dessas reformas, isto é, o desejo de tornar a China em uma superpotência econômica tinha bases muito antigas e enraizadas no governo e no próprio povo. Além disso, deve-se levar em conta a forma como as políticas foram aplicadas pelo Estado (da escala menor para a escala maior, como já mencionado) assim como a atuação paralela e combinada dos dois mecanismos de aplicação das reformas: as TCs apresentavam a visão protecionista, ao passo que priorizavam a indústria nacional, e as ZEEs abordavam o lado liberal da questão, proporcionando a estrada e instalação das empresas estrangeiras no país (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; CHERNAVSKY, 2011; DATHEIN, 2014).

Com a maturação das reformas e das vias pelas quais elas poderiam ser executadas, a atenção dada ao ambiente externo também foi emplacada ao ambiente interno, com o intuito de fortalecer a economia chinesa por meio da ênfase no crescimento de empresas que pudessem expressar as vantagens comparativas da China primeiramente no mercado interno e, posteriormente, no mercado internacional (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; CHERNAVSKY, 2011; DATHEIN, 2014). Paralelo a todo esse processo, ocorreu o aprofundamento das reformas no escopo das indústrias chinesas intensivas em capital, de forma a fazê-las crescerem e se tornarem competitivas no mercado internacional, proporcionando maior controle da economia por parte do governo e distribuição de ganhos econômicos à população, via melhores condições sociais, que será explorado na próxima sessão (ACIOLY, PINTO & CINTA, 2011; CHERNAVSKY, 2011; CUNHA, 2008; DATHEIN, 2014).

Apesar dos grandes feitos econômicos proporcionados pelas reformas econômicas de Deng, impactos negativos decaíram sobre a sociedade chinesa: as taxas de inflação e de desemprego haviam se tornado altas, as condições de trabalho eram precárias. Jiang Zemin, em seu governo, expressou a importância de dar continuidade às melhoras no sistema de mercado chinês, a necessidade de expansão do comércio exterior, do investimento estrangeiro e da cooperação internacional, sem deixar de lado a urgência por maior atenção ao padrão de vida dos trabalhadores chineses. Nesse contexto, por conta da trajetória ascendente da China e da importância do comércio exterior como fator nevrálgico do seu desenvolvimento econômico, evidenciou-se a necessidade de adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi um processo lento, o qual demorou anos, principalmente pela transição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em OMC em 1995, o qual resultou na criação de novas normas de

regulação do comércio internacional, sendo que muitas, até então, não faziam parte da pauta reguladora da economia chinesa (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011; LYRIO, 2010; TISDELL, 2009). Levando isso em consideração, a China necessitava que os regramentos da OMC fossem garantidos à sua economia e suas exportações não sofressem perdas, uma vez que o comércio internacional havia se tornado um ponto nevrálgico em sua política. Em compensação, aos membros da OMC, a entrada da China guardava a aproximação a um mercado extenso e em ascensão, sendo que suas normas seria a ferramenta de controle desse gigante nas suas relações comerciais (THORNSTENSEN, 2011).

Em 1987, foi criado um grupo de trabalho para negociar a acessão da China à organização, tendo esse processo uma extensão de quatorze anos. Em 2001, dado o lançamento de novas negociações no órgão – a chamada Rodada Doha – a OMC protocolou a adesão da China à organização, sendo essa aprovada por todos os membros, após serem notificadas as adaptações necessárias para seu ingresso. As ações exigidas compreendiam a criação de uma base legal para com o comércio internacional, a diminuição de barreiras alfandegárias e medidas protecionistas, além do comprometimento em não elevar os incentivos à exportação. Dessa forma a China assumiu o engajamento em adotar as políticas domésticas de acordo com as regras da OMC, em liberalizar ambos seus regimes comerciais, proporcionar maior previsibilidade para os investimentos e promover maior integração da economia global. (THORSTENSEN, OLIVEIRA, 2012).

Esse processo de adesão da China à OMC foi antecedido, como já dito, por um processo de mudanças em sua economia: além das demandas internas e do projeto de longo prazo em transformar o modelo econômico fundado em princípios socialistas de economia planejada, controlada pelo Estado, em um modelo de economia de mercado, o qual ficou conhecido como economia socialista de mercado, desejava o governo chinês estabilizar as relações comerciais não só com seus parceiros comerciais, mas estabelecer novas parcerias. Diversos países também almejavam integrar a China à OMC para obter maior liberalização da economia chinesa por meio da aplicação de regras e vigilância por meio da organização sobre a inserção do país à economia global e, assim, tirar proveito do amplo mercado chinês sem correr riscos, dado o controle que seria imposto aos produtos chineses a serem exportados. O preço pago pela economia chinesa foi

alto para se ajustar às demandas para aderir à OMC, mas os resultados gerados pelo fato compensam esse ajuste. (THORSTENSEN, OLIVEIRA, 2012).

Um último fator a ser destacado e que exalta o momento histórico em que ocorreu a adesão da China à OMC é a relação do país com os EUA após o fim da Guerra Fria no início da década de 1990. À época, a China já havia desenvolvido condições econômicas estruturais para manter-se como uma economia forte e influente no cenário global, principalmente se levado em conta a complementariedade entre os Estados Unidos e as economias asiáticas, especialmente a China. Não só a China se tornou um competidor forte no comércio internacional, mas também uma parte integrante e, agora, indissociável da economia mundial, principalmente por conta dos altos e constantes fluxos comerciais e financeiros com os países vizinhos, a exemplo de Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Japão, além das regiões reincorporadas de Hong Kong e Macau (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011).

2.3 A criação do “time nacional” e a política *Going Global* (1990-2000)

Dentro desse novo arranjo econômico, as oportunidades de crescimento interno também se voltaram à expansão do papel das empresas chinesas. Da mesma forma em que o governo adota políticas de adequação econômica no plano externo, ocorre o mesmo no plano interno, em que o governo passa a analisar as empresas chinesas como atores que poderiam possuir certo grau de autonomia nas suas decisões de investimento e de produção, por meio das políticas de desenvolvimento do país. Tendo isso em vista, de acordo com Dathein:

“[...] essas empresas não podem ser analisadas apenas sob a ótica de um agente que, autonomamente, estabelece suas estratégias a fim de obter lucros e expandir-se, pois seus objetivos não se dissociam dos projetos de desenvolvimento do Estado chinês, por mais que tenham alcançado um alto grau de independência organizacional. Isso porque, em primeiro lugar, as grandes empresas chinesas [...] em sua maioria, são estatais e isso implica a possibilidade de outros objetivos além do lucro e expansão, como a realização de investimentos específicos, gastos em P&D, acomodação do mercado de trabalho, entre outros. Em segundo, o fomento à expansão de grandes empresas foi orquestrado como uma política de Estado com a motivação tanto de formar grandes grupos nacionais que fizessem frente à concorrência nacional e internacional, quanto de atribuir a esses grupos o papel de instrumento de investimento alinhado às diretrizes estabelecidas nos planos quinquenais” (DATHEIN, 2014).

Posto isso, nota-se que as vantagens comparativas internas das empresas nacionais chinesas – como o potencial de inovação e os ganhos de escala – são percebidas pelo Estado chinês, como condutoras da execução dos investimentos planejados por ele – os quais se encaixam na lógica estatal de controle em setores estratégicos da economia (ZONENSCHEIN, 2006).

Com o apoio da população urbana e a concentração de empresas – principalmente do setor industrial – Deng, juntamente com os líderes da ala econômica do PCCh, pôs em prática o ideário de Sun Yefang, economista chinês, o qual defendeu a autonomia das empresas estatais por diversos anos, afirmando em seus trabalhos que a questão central da divisão administrativa de poder estava na concessão direta de poder administrativo às empresas, e não na relação entre as regiões e departamentos ou entre os governos locais e central (DATHEIN, 2014). Durante parte da década de 1980, não foram conquistados resultados positivos ao lidar com reformas econômicas baseadas em empresas puramente estatais, principalmente por falta de absorção da mão-de-obra migrante do campo para as cidades e de instituições específicas de uma economia de mercado, assim como por conta da instabilidade econômica (COSTA, 2002). O foco de atuação tornou-se outro a partir de então, por meio de uma reforma incremental, a qual

“significou a difusão de práticas de mercado por meio do desenvolvimento de empresas não (ou pouco) atreladas ao planejamento central que, ao desenvolverem suas atividades, pavimentaram a retomada da reforma no setor estatal na década de 1990. [...] Assim, permitir mudanças para além das empresas estatais passou a ser um caminho desejado, por possuir menos percalços. [...] A ideia de que o período da reforma incremental se deu por fora do sistema se confirma constatando-se que o crescimento econômico chinês, obtido desde a subida de Deng Xiaoping à liderança do país até o final da década de 1980, explica-se largamente pelo desenvolvimento do setor não estatal. Tal setor é composto das empresas estrangeiras (ou transnacionais)¹, coletivas (agrícolas e TVEs²) e dos empreendimentos individuais” (DATHEIN, 2014).

O novo rumo dado às reformas das empresas chinesas foi implantado por conta da diminuição das resistências internas ao governo e tinha como objetivo disseminar práticas de mercado para além das empresas atreladas ao planejamento central chinês – obtendo, dessa forma, o desenvolvimento das atividades desse “setor privado nascente”, que serviria como suporte para que se pudessem retomar as reformas das empresas estatais em um momento

¹ Essas empresas são as que entram na economia chinesa em associação com as empresas estatais chinesas por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

² Township and Village Enterprises (DATHEIN, 2014) ou empresas de aldeia, tradução minha.

posterior. As primeiras integrantes desse setor não estatal eram as empresas estrangeiras ou transnacionais, as quais tiveram sua instalação permitida dentro do território chinês a partir de 1979 com a lei das *joint-ventures*, desde que ocorresse em associação com as estatais chinesas – ou seja, a premissa de uma *joint-venture*. Isso possibilitava a disseminação de conhecimento nas empresas assim como de tecnologias que não existiam em território chinês, que ia de encontro à busca pela modernização tão desejada por Deng Xiaoping. A atuação em conjunto das empresas chinesas com as empresas estrangeiras ocorria dentro das Zonas Econômicas Especiais e propiciava o incremento da produtividade. No decorrer do tempo, maiores vantagens e concessões foram conferidas às empresas em *joint-venture*, o que gerou melhoras na balança comercial chinesa e maior participação positiva das empresas estrangeiras em indicadores econômicos, assim como o acirramento da competitividade com as empresas chinesas (DA SILVA, 2011; DATHEIN, 2014).

Já as empresas agrícolas e as TVEs tem origem nas empresas com sistema de comunas e tinham como objetivo abastecer o comércio de três formas: (1) com uma estrutura coletiva em que a produção é intensa em capital e atende as demandas dos grandes centros urbanos;(2) com uma estrutura de empresa privada e intensa em trabalho e;(3) com uma estrutura voltada à exportação e o atendimento de demandas das ZEEs, também intensiva em trabalho (DATHEIN, 2014). Por fim, os empreendimentos individuais, que floresceram após a Revolução Cultural, dado o alto nível de desemprego e a necessidade de atividades comerciais e industriais paralelas de suporte à economia, foram regulamentados na década de 1980. Antes disso o setor privado era proibido de existir, o que mudou em 1988, em uma emenda à constituição, possibilitando seu desenvolvimento como forma de realizar atividades as quais as empresas estatais ou coletivas não podiam realizar. Esses dois tipos de empresas, junto com as estrangeiras, foram responsáveis pela geração de empregos e pelo crescimento econômico até meadas de 1990 (DA SILVA, 2011; DATHEIN, 2014; KRUGMAN, 1994; NOLAN & ZHANG, 2002).

O governo chinês, a partir de então, deixou expressamente claro que o país tinha intenções de estabelecer um grupo de grandes empresas globalmente competitivas, principalmente estatais, as quais vinham sendo encorajadas a aumentarem sua participação no mercado internacional por meio de operações de mercado em vários países, aumento de gastos em pesquisa e desenvolvimento, assim como na compra de outros empreendimentos. Isso somente ocorreu por

conta da pujança econômica provocada pelo crescimento das empresas privadas, o que gerou suporte para novas reformas econômicas voltadas ao crescimento das empresas estatais. Esse grupo de empresas recebeu o nome de “time nacional” e foi um dos principais responsáveis pelo processo inserção da República Popular da China no cenário econômico internacional como um competidor à altura de seus concorrentes. A formação desse grupo de empresas passou por fases experimentais ainda nos anos 1990 com os chamados “grupos experimentais” do setor automobilístico e tomou forma com o crescimento das grandes empresas estatais a partir da criação da Lei das Corporações em 1993. Essa lei proporcionava maior autonomia a essas empresas e abriu um precedente para que mais *grupos experimentais* fossem criados e, por conseguinte, a formação de conglomerados com as maiores indústrias nos setores vitais ao desenvolvimento da economia chinesa (DA SILVA, 2011; DATHEIN, 2014; NOLAN & ZHANG, 2002; YANG & YONGSHANG, 2000).

A política industrial de criação do time nacional foi iniciada, oficialmente, em 1991, sendo que ela seguiu a mesma noção de crescimento experimental das primeiras reformas econômicas de 1978: primeiramente, testes em menor escala para, posteriormente, passar às fases de escala real e aumentada. Esse tipo de método de aplicação de reformas, uma vez que provou ser eficiente, tornou-se tradicional nas políticas chinesas, em detrimento da utilização da abordagem de “terapia de choque”. É vital ressaltar que:

“os grupos empresariais do time nacional se encontram predominantemente dentro de um conjunto particular de indústrias intensivas em capital, as quais tem potencial para se beneficiar de economias de escala e escopo. Historiadores econômicos identificaram que essas áreas são pilares dos grandes negócios. [...] Por exemplo, [...] energia, eletrônica, ferro e aço, automóveis, maquinários, farmacêuticos, aviação e aeroespaciais, óleos e petroquímicos são as mais importantes áreas. Os elaboradores das políticas chinesas referem-se a essas indústrias como o ‘pilar’, o ‘sangue’ ou ‘espinha dorsal’ da economia chinesa” (GUEST & SUTHERLAND, 2006).

Nesse contexto, os subsídios que compunham a gama do auxílio fornecido pelo governo ao time nacional eram

“a preferência no lançamento de ações em bolsas, o suporte bancário com concessões de empréstimos preferenciais e acesso ao financiamento externo a isenção de tributos, os direitos de comercialização (leia-se importação), o direito de estabelecer filiais no exterior, entre outras. Como instrumentos auxiliares, foi dada ênfase à criação de centros tecnológicos de P&D, à criação de companhias financeira internas, ao direito de gestão sobre empresas incorporadas aos grupos e à concessão de autonomia administrativa. Além disso, o Estado estudava a

estrutura de mercado mais coerente para cada indústria, promovendo fusões ou desmembrando algumas empresas grandes” (DATHEIN, 2014).

Nos anos 2000, o processo de internacionalização dessas empresas é iniciado (após não ter tido suporte econômico em virtude de limitações macroeconômicas originadas das crises asiáticas) e ganhou força com a adesão da RPC à Organização Mundial do Comércio e o advento do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China continental), recebendo essa estratégia o nome de *Going Global*, abarcando tanto empresas privadas como empresas estatais (DA SILVA, 2011; DATHEIN, 2014; NOLAN & ZHANG, 2002; YANG & YONGSHANG, 2000). Nos dados de Dickson (2007), percebe-se o aumento do setor empresarial privado na RPC, entre 1989 e 2003, passando de 0.091 milhões para 3.651 milhões, um aumento significativo, levando em consideração todo o arranjo de políticas reformistas de apoio ao crescimento do setor privado. Esse crescimento proporcionou a absorção em massa da mão-de-obra chinesa, fazendo com que o número de trabalhadores e empregados do setor privado pulasse de 1.430 milhões em 1989 para surpreendentes 40.686 milhões em 2004, que mostra a efetividade das políticas do governo chinês em gerar retornos positivos também para a população.

Tabela 1: O crescimento no setor privado da China

<i>Crescimento no Setor Privado da China, 1989-2003</i>				
	1989	1994	1999	2004
Número de empresas privadas (milhões)	0.091	0.432	1.509	3.651
Número de trabalhadores e empregados (milhões)	1.430	5.695	16.992	40.686
Capital médio registrado	0.093	0.335	0.681	1.313
Valor médio da produção	107	264	509	631

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector.** The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Segundo Dathein (2014) e Da Silva (2011), apesar de o crescimento do time nacional durante a década de 1990 ter se dado de forma expressiva no contexto interno, ao final desse período as empresas que o formavam não podiam ser comparadas com as grandes empresas internacionais. Entretanto, o projeto *Going Global* tem atuado em duas frentes: na permissão da expansão do capital chinês assim como na dinamização de economias de países geograficamente próximas à RPC – e em outros países com recursos naturais abundantes. Uma consequência direta das duas políticas aplicadas pelo governo chinês – a da formação do time nacional e a *Going Global* – é que, atualmente, algumas das empresas chinesas são líderes nacionais em suas respectivas indústrias, tanto quanto grandes competidoras internacionais.

O crescimento das empresas chinesas por meio das reformas econômicas que ocorreram desde 1978 até o início dos anos 2000 e, por consequência, do setor empresarial – assim como da sua influência dentro da economia chinesa – tem dado respaldo às atitudes tomadas pelo setor, vista sua trajetória bem sucedida de fomento, expansão e maturação. As reformas das TVEs e das empresas estatais são, portanto, condicionantes para o crescimento do setor empresarial privado chinês. Isto é, a relação de apoio existente entre o Partido Comunista Chinês e o setor privado tem se tornado cada vez mais clara por fazer parte das estratégias de desenvolvimento econômico do governo chinês; essa política mostra a adaptabilidade da economia chinesa – assim como dos próprios governantes do PCCh – a um ambiente econômico e social altamente e constantemente mutável. Exemplo disso é a revisão ocorrida em 2002 na constituição do Partido Comunista Chinês visando tornar legal a participação de empresários no Partido, prática a qual era banida desde 1989 (DICKSON, 2007).

Abaixo, os dados de Dickson (2007) acerca do impacto da participação no PCCh para as empresas privadas, entre 1999 e 2005, mostram que, levando em consideração as quatro proposições da tabela (empresas com organizações partidárias, empresas cujos trabalhadores aderiram ao PCCh recentemente, empresários que prefeririam contratar um membro do Partido e empresários que creditam que os partidários têm vantagens nos negócios) essa relação é bem vista pelo empresariado chinês e foi incentivada a prosseguir, tendo em vista o aumento nos percentuais do dados nos anos analisados. É importante salientar a participação dos Empresários Xinhai, isto é, aqueles que já faziam parte do Partido Comunista Chinês e posteriormente lançaram-se aos negócios: nota-se que a participação dos membros do PCCh no setor privado

também aumento no período em questão, comprovando que o caminho inverso também tem apresentado resultados positivos nas suas variações.

Tabela 2: Impacto da Adesão ao PCCh nas Empresas Privadas, 1999 e 2005

<i>Impacto da Adesão ao PCCh nas Empresas Privadas, 1999 e 2005</i>		
	1999	2005
<i>Empresas com organizações partidárias (%)</i>		
Todos os empresários	18,4	28,9
Empresários Xiahai	33,1	46,3
Empresários cooptados	38,5	44,1
Querem aderir ao PCCh	10	15,7
Não querem aderir ao PCCh	7,5	10,2
<i>Empresas cujos trabalhadores aderiram ao PCCh recentemente (%)</i>		
Todos os empresários	24,7	39,5
Empresários Xiahai	36,3	55,7
Empresários cooptados	37,5	57
Querem aderir ao PCCh	20,7	32,1
Não querem aderir ao PCCh	15,3	14,4
<i>Empresários que prefeririam contratar um membro do Partido</i>		
Todos os empresários	54,1	62
Empresários Xiahai	63,5	73,4
Empresários cooptados	77,3	77,1
Querem aderir ao PCCh	62,9	69
Não querem aderir ao PCCh	31,8	30,2
<i>Acreditam que os partidários têm vantagens nos negócios</i>		
Todos os empresários	43,8	49,6
Empresários Xiahai	37,3	57,1
Empresários cooptados	51,5	56,6
Querem aderir ao PCCh	59	58,2
Não querem aderir ao PCCh	32,9	26,7

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector.** The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Neste sentido, segundo Guest e Sutherland (2006), é necessário notar, acerca das políticas de criação dos grupos empresariais do time nacional, que:

“Se nós tentarmos avaliar o sucesso da política do time nacional é obviamente imperativo considerar os objetivos do governo chinês ao levar a política para frente. É complicado fazê-lo, entretanto, uma vez que os objetivos iniciais da

criação desses grandes grupos empresariais eram multifacetados. [...], o governo desejava manter controle sobre aspectos importantes da economia, e criar grandes grupos empresariais era considerado a melhor forma de fazê-lo. [...] Na realidade, competições econômicas internacionais mostram que se um país tem um grande grupo empresarial, o país se certifica de que vai manter certa parte do mercado para si e uma posição na ordem econômica internacional. Os Estados Unidos, por exemplo, baseia-se na General Motors, Boeing, Du Pont e várias outras companhias multinacionais. O Japão depende de seis grandes grupos empresariais e a Coreia do Sul em dez grupos comerciais. Da mesma forma atualmente e no próximo século a posição da China na ordem econômica internacional será de determinada pelos grandes grupos empresariais” (GUEST & SUTHERLAND, 2006).

Ainda, os autores explicam que, além de ter o objetivo de controlar a economia e manter uma participação contínua e duradoura no mercado internacional por meio do crescimento do time nacional, o PCCh tinha como objetivo o crescimento geral da economia e das empresas que possuíam alguma associação com as empresas do time nacional, principalmente as subsidiárias. A questão é que os investimentos feitos para aumentos de lucro, de pesquisa e desenvolvimento e desempenho de exportações geraram retornos principalmente às empresas do time nacional, e raramente às demais que possuíam algum grau de associação a elas. O sucesso da política é, por eles, questionado, uma vez que, por mais que tenha proporcionado crescimento rápido às empresas, o crescimento da sua competitividade não se mostra muito aparente (GUEST & SUTHERLAND, 2006; SUTHERLAND, 2002; SUTHERLAND, 2007), visto que a dominação do mercado ainda ocorre em nome das grandes empresas, monopólios e oligopólios globais.

Além disso, o tipo de atitude mencionada anteriormente – de abertura da participação política aos empresários donos das empresas que compõem o time nacional – denota uma percepção de “democratização seletiva” por parte do Partido Comunista Chinês, o que traz a associação do governo chinês às empresas do time nacional a uma camada mais profunda. Aplicar políticas internas que visam democratizar o governo chinês e o aumento da participação política é uma das faces da dualidade que permeia a histórica chinesa; essa primeira vertente também vem acompanhada de políticas externas de cunho multilateral e de políticas pró-reformulação econômica; a segunda face, em contraponto, expressaria o unilateralismo da política externa e instituições internas fechadas. Portanto, a seletividade desse processo democratização do PCCh seria somente para aceitação dos empresários já mencionados, uma vez que aplicar essa política iria de encontro com a defesa de reformas econômicas, sendo que ambas as políticas fazem parte de uma mesma face da dualidade (MARTINS, 2013). De acordo com os dados da Dickson (2007), fica perceptível o aumento do número de empregados e de ativos

permanentes em todas as categorias do setor empresarial, assim como das vendas anuais. Essa última informação é crucial para a pesquisa em questão: durante o período em que de fato são aplicadas as políticas de expansão do time nacional a nível global, possuindo ele empresas de ambos os setores – tanto privado como Estatal – nota-se que as vendas anuais de todas as empresas privadas, independente de sua origem e de suas intenções (a exemplo das empresas que não querem aderir ao PCCh, que também se beneficiaram), aumentaram no mínimo 250%, chegando a picos de 400%, para o período analisado, o que fortalece o argumento de que a associação entre o PCCh e o setor privado, fundada nas políticas de fomento às empresas chinesas, gerou ganhos em termos de vendas para as empresas privadas, inclusive às que não participam desse arranjo.

Tabela 3: Características das Empresas Privadas, 1999 e 2005

<i>Características das Empresas Privadas, 1999 e 2005</i>		
	1999	2005
<i>Vendas anuais (em milhões de yuans)</i>		
Todos os empresários	3,5	12,5
Empresários Xiahai	5,3	18,6
Empresários cooptados	3,4	13,6
Querem aderir ao PCCh	3,1	7,2
Não querem aderir ao PCCh	2,6	8,5
<i>Número de empregados</i>		
Todos os empresários	41,8	74,4
Empresários Xiahai	75,4	95,5
Empresários cooptados	38,6	91,4
Querem aderir ao PCCh	27,5	55,5
Não querem aderir ao PCCh	28,9	54,5
<i>Ativos permanentes</i>		
Todos os empresários	2,3	7
Empresários Xiahai	4,3	10,3
Empresários cooptados	2,1	6,7
Querem aderir ao PCCh	1,7	4,5
Não querem aderir ao PCCh	1,6	5

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector.** The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Dickson ainda expressa que ficam claros os dois objetivos principais que derivaram a cooptação informal e o apoio ao recrutamento de empresários:

- (1) o crescimento econômico e a criação de empregos são elementos centrais da reivindicação do Partido Comunista Chinês ao poder e de sua legitimidade, sendo as empresas privadas as principais responsáveis por esses dois fatores, o que resulta no anseio de cooperação entre o Estado e essas empresas;
- (2) deseja-se prevenir que os empresários formem uma oposição organizada ao PCCh. Essas atitudes de cooptação de empresários tem sido vital à estratégia de sobrevivência do Partido; concomitantemente, novos atores e demandas estão sendo postos em pauta na arena política por meio dos “capitalistas vermelhos”, que correspondem à aliança entre as elites políticas e econômicas (DICKSON, 2007).

É primordial notar a permeabilidade que tem sido apresentada pelos políticos do Partido Comunista Chinês de forma a se adaptar a economia chinesa aos novos *players* que influenciam a economia chinesa, como se percebe nos dados abaixo de Dickson (2007) sobre o percentual de empreendedores privados em cargos políticos. Desse contexto, nota-se que

“um número crescente de empresários são capitalistas vermelhos: na segunda metade dos anos 1990, aproximadamente vinte por cento dos empresários eram membros dos PCCh, e em 2004, o número cresceu para quase trinta e cinco por cento. [...] A muito maior integração de membros do Partido entre os empresários privados mostra uma crescente associação entre as elites políticas e econômicas da República Popular da China. Em parte, o crescimento de ambos o setor privado e o número de capitalistas vermelhos é consequência da privatização das empresas que antes eram estatais. Ao passo em que essas antigas empresas estatais foram convertidas em empresas privadas, seus antigos administradores (sua maioria era de membros do PCCh) agora se tornaram donos de empresas privadas, o que cresceu instantaneamente o número de capitalistas vermelhos”³ (DICKSON, 2007).

³ Tradução nossa.

Tabela 4: Porcentagem de Empresários do Setor Privado em Postos Políticos

<i>Porcentagem de Empresários do Setor Privado em Postos Políticos</i>		
	1999	2005
<i>Congresso do Povo</i>		
Todos os empresários	11,3	10,5
Empresários Xinhai	19,1	18
Empresários Cooptados	24,6	15,5
Querem aderir ao PCCh	5,1	3
Não querem aderir ao PCCh	5,6	4,5
<i>Conferência política consultiva do Povo</i>		
Todos os empresários	4,9	5,3
Empresários Xinhai	6,1	4,2
Empresários Cooptados	6,5	8,9
Querem aderir ao PCCh	4,4	6,5
Não querem aderir ao PCCh	3,8	3,4
<i>Conselho de Representação</i>		
Todos os empresários	16,1	13,7
Empresários Xinhai	22,8	20,2
Empresários Cooptados	40,6	21,4
Querem aderir ao PCCh	10,7	10,3
Não querem aderir ao PCCh	6,2	3,4

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector**. The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Paralelamente a esse contexto, existem razões pelas quais o Partido Comunista Chinês recruta empresários a participarem como membros e que permitem um maior entendimento dessa estratégia, principalmente em relação às áreas específicas em que são procurados esses empresários. Entende-se que, visto o objetivo principal de suscitar o crescimento da economia chinesa, o PCCh focaria em áreas em que a economia cresce de forma mais acelerada, em que a presença do Partido no setor privado é fraca e em que o setor privado é maior: os donos de empresas de larga escala seriam os alvos nessas áreas. Uma vez que essas grandes empresas geram mais empregos e contribuem com mais rendas de taxaões aos cofres locais, elas são relevantes, sobretudo, para as economias locais e congruentes com os esforços do Partido Comunista Chinês. Obviamente outras áreas do setor privado também são visadas como meio de cooptação de novos membros para o PCCh, principalmente se corroboram a ideia de que o

Partido entende a necessidade de ocupar as áreas que possuem baixas proporções de partidários (DICKSON, 2007).

Com consequência desses fatos, o Partido Comunista Chinês não só tem apostado nos antigos donos das antigas empresas estatais para ajudar no monitoramento do setor privado, assim como também tem dado tratamento preferencial a eles no acesso a posições políticas, independente da forma em que isso ocorra. Isso se torna coerente com a estratégia de sobrevivência do PCCh, a qual defende a participação política por meio do Partido e que os atores envolvidos ativamente na política o sejam como membros do PCCh, ou seja, que não estejam em contraponto ao poderio dele. Por conseguinte, os empresários privados da República Popular da China e os capitalistas vermelhos estão gradativamente mais integrados ao sistema político chinês, tal qual partilham de visões progressivamente similares às defendidas pelo Partido, inclusive, havendo maior aceitação nas reformas políticas e econômicas, como mostrado na tabela abaixo (DICKSON, 2007).

Tabela 5 – O ritmo das reformas na China

O ritmo das reformas na China (%)		
	Empresários	
	1999	2005
O ritmo das reformas econômicas		
Muito rápido	9,7	12,5
Razoável	58,9	70,3
Muito lento	31,4	17,2
O ritmo das reformas políticas		
Muito rápido	5,7	4,4
Razoável	55,1	59,8
Muito lento	39,1	35,8

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector.** The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Essa permissão à participação de pessoas externas do Partido Comunista Chinês aos capitalistas vermelhos do setor empresarial tem mostrado atitudes que geram cooperação mútua entre as duas partes, pois os ganhos econômicos e os lucros gerados pelas empresas privadas condizem com o anseio de crescimento da economia chinesa desde a implantação das políticas de criação dos grupos empresariais do time nacional. Essa percepção de que o setor privado tem partilhado de ideais comuns às do Partido Comunista Chinês no que diz respeito à economia põe

em pauta a transposição de interesses: os membros do Partido que estão presentes no setor empresarial, assim como os capitalistas vermelhos, podem influenciar a formulação de políticas econômicas de forma que seus ganhos sejam maximizados ao mesmo tempo em que as necessidades econômicas sejam atendidas (DICKSON, 2007).

Questiona-se, então, o porquê de os empresários se juntarem ao Partido Comunista Chinês. De acordo com Dickson (2007), a razão mais óbvia para que isso ocorra são os benefícios econômicos para si próprios e para suas empresas. Possuir uma rede de contatos é muito útil na área de negócios e na República Popular da China isso não é diferente, principalmente porque o mercado econômico ainda está em fase de estruturação e fixação, sendo passível de intervenção econômica. O autor ainda destaca que empresas que tem como membros do PCCh como donos tem maiores rendas derivadas de vendas, mais trabalhadores e maiores níveis de ativos fixos do que os não membros. Da mesma forma, os capitalistas vermelhos e os aspirantes a tais posições concordam que membros do Partido que participam de negócio tem maiores vantagens. Como se pode ver na tabela abaixo, os próprios empresários também preferem estar um ambiente de mercado competitivo em que não se tem previsibilidade para que, ao menos, se possua crescimento. Além disso, os dados expostos por Dickson ainda defendem que:

“a presença do PCCh no setor privado cresceu dramaticamente entre 1999 e 2005. [...] como os capitalistas vermelhos são mais propensos a ter organizações partidárias em suas empresas, recrutar mais empresários permitiria ao PCCh expandir sua presença no setor privado. Ademais, empresários que querem ganhar acesso às instituições políticas formais da República Popular da China são mais propensos a criar organizações partidárias em suas empresas para mostrar apoio ao Partido Comunista Chinês” (DICKSON, 2007).

Tabela 6 – Preferência dos empresários por crescimento ao invés de estabilidade

Preferência dos empresários por crescimento ao invés de estabilidade (%)		
	1999	2005
Empresários		
Todos os empresários	41,7	44,6
Empresários Xinhai	39,1	42,9
Empresários cooptados	29,9	47,3
Querem aderir ao PCCh	42,1	42,1

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector**. The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Esses fatos vêm a corroborar a ideia de que o Partido Comunista Chinês, visando sua perpetuação no poder, faz uso de uma ferramenta de associação com o setor empresarial – o qual teve seu crescimento fomentado pelas políticas de desenvolvimento da economia chinesa feitas pelo próprio PCCh desde que Deng Xiaoping implantou as reformas econômicas em 1978 – visando conquistar seus objetivos na continuação da sua legitimidade no poder por meio do progresso econômico. Em contrapartida, o setor empresarial faz uso desse mecanismo para que suas demandas sejam atendidas pelo PCCh, da mesma forma que elas sejam endereçadas nos Planos Quinquenais, refletindo no modelo de desenvolvimento chinês seus anseios e perpetuando os ganhos dos empresários em um jogo que resulta em ganhos mútuos (DICKSON, 2007) .

Por receio de que o setor empresarial forme uma oposição ao Partido Comunista Chinês e com vistas a influenciar o pensamento político dos membros do setor empresarial, as atitudes do Partido têm como objetivo trazê-lo a sua esfera de influência para que ele não se torne uma variável que estimule a mutação do status quo do sistema econômico chinês. Entretanto, é interessante notar que possa, de fato, estar acontecendo um aproveitamento por parte do setor empresarial das políticas de desenvolvimento promovidas pelo Partido Comunista Chinês para que suas demandas sejam acatadas, por mais que seus pleitos não envolvam quaisquer alterações na situação atual do sistema político e econômico da República Popular da China, apesar das preocupações do Partido Comunista Chinês (DICKSON, 2007). Inclusive, a própria estabilidade é tema de debate por conta da inclusão do setor empresarial no PCCh, assim como as diferentes correntes de pensamento que podem ameaçar a estabilidade do sistema de governo chinês, como expresso nos dados abaixo, de Dickson (2007).

Tabela 7 - Ameaçadas à estabilidade entre os Empresários Privados (% dos que concordam com as afirmações abaixo)

Ameaçadas à estabilidade entre os Empresários Privados (% dos que concordam com as afirmações abaixo)		
	1999	2005
1. A competição entre empresas e indivíduos é ruim à estabilidade social		
Todos os empresários	24,5	26,4
Empresários Xinhai	18,7	22,5
Empresários cooptados	22,7	27,7
Querem aderir ao PCCh	25,2	27,8
Não querem aderir ao PCCh	29,2	29,4
2. Se um país possui múltiplos partidos, eles podem levar ao caos		
Todos os empresários	48	45,7
Empresários Xinhai	50,8	49,9
Empresários cooptados	47,7	47,3
Querem aderir ao PCCh	49,2	44,8
Não querem aderir ao PCCh	42,9	39,8
3. Se todos compartilham o mesmo pensamento, a sociedade é caótica		
Todos os empresários	37,6	30,7
Empresários Xinhai	33,9	33,1
Empresários cooptados	43,1	26,1
Querem aderir ao PCCh	43,6	31,5
Não querem aderir ao PCCh	33,8	29,7
4. Se há grupos discordantes localmente, a estabilidade é influenciada		
Todos os empresários	43,3	34,8
Empresários Xinhai	40	30,5
Empresários cooptados	46,5	31,3
Querem aderir ao PCCh	41,3	38,9
Não querem aderir ao PCCh	44,7	38,6

Fonte: DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector**. The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007.

Tem-se o desejo de mostrar no presente trabalho que a influência das demandas do setor privado poderia ser vista nos Planos Quinquenais, arquitetados pelo Partido Comunista Chinês, os quais têm como objetivo estabelecer as diretrizes que orientam o modelo de desenvolvimento

da economia chinesa no decorrer dos quinze anos pesquisados nesta monografia. Por questões de raciocínio lógico, percebe-se que: uma vez que os empresários donos das empresas formadoras do time nacional estão inseridos no Partido Comunista Chinês, o qual é responsável pela elaboração dos planos de desenvolvimento que afetam diretamente o crescimento das mesmas empresas, é essencial que se entenda se existe de fato essa influência “intrínseca” aos Planos Quinquenais. Desta forma, pretendeu-se neste capítulo apresentar argumentos que demonstrassem a influência do setor privado chinês na elaboração dos Planos Quinquenais desde que o projeto *Going Global* foi implantado, nos anos 2000, quando da expansão do setor privado chinês ao mercado internacional (DICKSON, 2007).

3 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO SETOR EMPRESARIAL NOS PLANOS QUINQUENAIS (2001-2015)

A China Comunista, em 1952 (três anos após a concretização do Partido Comunista Chinês no poder), deu início ao seu primeiro plano quinquenal (1953-1957). Sua origem foi a política aplicada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de aplicação de planos de desenvolvimento econômico com duração de cinco anos que visava rápida industrialização com ênfase na indústria pesada. Essa influência da URSS sobre o planejamento econômico da China se dava em um período de aproximação entre os dois países, em que os soviéticos, líderes e referência do movimento comunista e planejamento, apoiavam os chineses em nome da expansão desse sistema político, assim como da influência da URSS no mundo (CIA, 1959).

Por ser o âmago do comunismo no mundo durante a primeira metade do século XX, a URSS era o modelo bem sucedido a ser seguido pelos países que perpetuavam o mesmo sistema político no mundo, e como tal, foi pioneira na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico que fossem de encontro com a concretização dos ideais comunistas de se possuir uma economia planejada e centralizada. Todavia, assim como qualquer experimento, erros de cálculo e situações inesperadas podem se tornar grandes empecilhos no percurso de aplicação de uma política experimental em um tipo de governo sem referências anteriores. No caso dos soviéticos não foi diferente (CIA, 1959).

“[A] vantagem [dos Chineses era] de serem capazes de aprender com a experiência da URSS e, portanto, evitar alguns dos erros mais grosseiros dos

soviéticos. O auxílio de um grande número de conselheiros soviéticos em todos os aspectos da atividade econômica foi um fator decisivo nesse esforço. O fato de que os chineses foram capazes de iniciar um Plano Quinquenal em 1953 e desenhar um compreensivo Plano em 1955, apenas cinco anos após adquirirem controle político total sobre a China, foi possível porque a URSS tinha sido a árdua pioneira do conceito e da maquinaria do planejamento e direção central de uma economia socialista. Os chineses foram capazes de adotar a estrutura administrativa dos ministros industriais, a qual não foi completamente desenvolvida pela URSS até seu Segundo Plano Quinquenal (1933-37). Políticas fiscais e monetárias foram copiadas da mesma maneira em grande parte da URSS, com tal sucesso que os chineses tiveram inflação de preços relativamente insignificante no período. A URSS sofreu inflação súbita e interruptiva tanto no Primeiro como no Segundo Planos Quinquenais. [...] Não apenas a máquina administrativa chinesa, mas também políticas econômicas específicas foram imitações claras das práticas soviéticas recentes. A política de comércio, assim como a da URSS, era de exportar matérias-primas em troca de bens de capital indisponíveis internamente para evitar dependência estrangeira de fontes de suprimentos. O padrão de alocação de investimento, assim com o da URSS, era de dar prioridade vital à indústria pesada. Os chineses inicialmente se programaram para pegar emprestada a tecnologia industrial soviética quase sem modificação. Dados os estreitos laços políticos e ideológicos entre os dois países e a ajuda soviética substancial em termos econômicos e tecnológicos, essa limitação inicial era esperada e contribuiu substancialmente ao lançamento bem sucedido pelos chineses de uma economia socialista centralmente planejada” (CIA, 1959).

Após a aplicação dos Planos Quinquenais desde a década de 1950 de forma coesa e bem sucedida por parte do Partido Comunista Chinês, em conjunto com as reformas econômicas, já no governo de Deng Xiaoping, que se encontravam em paralelo com a abertura econômica da China comunista, o crescimento econômico do país começou a delinear-se e a orientar-se para um horizonte definido. Com a aplicação das reformas das empresas privadas e, posteriormente, das empresas estatais (nesse último caso, visando criar o time nacional), se tornava inegável a necessidade de a economia chinesa adaptar-se ao sistema internacional e assumir com responsabilidade e cautela o papel que iria representar desse momento em diante nessa conjuntura. Isso porque no início dos anos 2000 a RPC é integrada à Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua inserção na estrutura econômica global se acentua, o que significa que a influência de uma quantidade maior de variáveis externas começa a pesar na tomada de decisões do governo chinês. Para conseguir levar em frente seu projeto de nação, o PCCh continua sua política de expansão do time nacional, assim como da economia chinesa, e abre espaço para que o setor privado participe em conjunto, uma vez que este último é, principalmente nesse momento de imersão profunda da China na economia mundial, um fator que não pode mais ser deixado de lado (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011; LYRIO, 2010).

O governo da RPC estava nas mãos de Jiang Zemin, como já apresentado no capítulo 2, nessa época e ele, em seu governo, expressou a importância de dar continuidade às melhoras no sistema de mercado chinês, a necessidade de expansão do comércio exterior, do investimento estrangeiro e da cooperação internacional, sem deixar de lado a urgência por maior atenção ao padrão de vida dos trabalhadores chineses. Nesse contexto, por conta da trajetória ascendente da China e da importância do comércio exterior como fator nevrálgico do seu desenvolvimento econômico, ocorreu a já mencionada adesão do país à OMC. Foi um processo lento, principalmente pela transição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em OMC em 1995, o qual resultou na criação de novas normas de regulação do comércio internacional, sendo que muitas, até então, não faziam parte da pauta reguladora da economia chinesa (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011; LYRIO, 2010; TISDELL, 2009). Levando isso em consideração,

[...] a China, ao transformar o comércio internacional em ponto central da sua política de crescimento, necessitava da garantia das regras da OMC de que suas exportações não seriam discriminadas. [...] Para os membros da OMC, a entrada da China significava maior abertura de um vasto mercado, e a garantia de que as regras existentes poderiam controlar a invasão dos produtos chineses (THORNSTENSEN, 2010-11, p.12).

Em 1987, foi criado um grupo de trabalho para negociar a adesão da China à organização, tendo esse processo uma extensão de quatorze anos. Em 2001, dado o lançamento de novas negociações no órgão – a chamada Rodada Doha – a OMC protocolou a adesão da China à organização, sendo essa aprovada por todos os membros, após serem notificadas as adaptações necessárias para seu ingresso. As ações exigidas compreendiam a criação de uma base legal para com o comércio internacional, a diminuição de barreiras alfandegárias e medidas protecionistas, além do comprometimento em não elevar os incentivos à exportação. Dessa forma a China assumiu o engajamento em adotar as políticas domésticas de acordo com as regras da Organização, em liberalizar ambos seus regimes comerciais, proporcionar maior previsibilidade para os investimentos e promover maior integração da economia global. (NAIDIN, BRANDÃO, VIANA, 2012; THORSTENSEN, OLIVEIRA, 2012).

Nota-se que o governo chinês desejava estabilizar as relações comerciais não só com seus parceiros comerciais, mas estabelecer novas parcerias e habituar-se às forças econômicas com as quais ele agora seria posto à frente. Diversos países também almejavam integrar a China à OMC para obter maior liberalização da economia chinesa por meio da aplicação de regras e vigilância

e, assim, tirar proveito do amplo mercado chinês sem correr riscos, dado o controle que seria imposto aos produtos chineses a serem exportados. O preço pago pela economia chinesa foi alto para se ajustar às demandas para aderir à OMC, mas os resultados gerados pelo fato compensaram esse ajuste. (THORSTENSEN, OLIVEIRA, 2012).

Um fator a ser destacado e que exalta o momento histórico em que ocorreu a adesão da China à OMC é a relação do país com os EUA após o fim da Guerra Fria. À época, a China já havia desenvolvido condições econômicas estruturais para manter-se como uma economia forte e influente no cenário global, principalmente se levado em conta a complementariedade entre os Estados Unidos e as economias asiáticas, especialmente a China. Não só a China se tornou um competidor forte no comércio internacional, mas também uma parte integrante e, agora, indissociável da economia mundial, principalmente por conta dos altos e constantes fluxos comerciais e financeiros com os países vizinhos, a exemplo de Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Japão, além das regiões reincorporadas de Hong Kong e Macau (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011).

Jiang Zemin também foi responsável, durante seu governo, em conjunto com seu premiê do Conselho de Estado do governo Chinês na época, Zhu Rongji, por carregar a reestruturação da economia e a sociedade chinesa durante a década de 1990, que passava pela turbulência da inserção nas esferas comercial e financeira da economia internacional, associada a uma readequação interna. As reformas econômicas, que perduraram durante os anos 1970 e 1980, geraram consequências nem um pouco positivas, a exemplo da baixa taxa de empregabilidade, da inequidade de renda e da poluição exacerbada, e Jiang Zemin priorizou a solução dessas questões em seu governo, por meio das políticas de desenvolvimento econômico dos Planos Quinquenais. Nesse contexto de crescimento vultoso, agitação interna por conta dos aspectos sociais negativos derivados desse mesmo crescimento, de inserção na economia global, de criação de um time de empresas nacionais com força industrial marcante, de crescimento do potencial das empresas privadas, de adaptação às regras do sistema internacional, o governo chinês inicia a introdução das políticas do décimo primeiro Plano Quinquenal, o qual indicou as linhas mestras do desenvolvimento da economia chinesa no período que vai de 2001 até 2005 (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011; FAN, 2006).

3.1. Os 10º, 11º e 12º Planos Quinquenais

Percebendo a necessidade de reestruturação da economia chinesa como um todo, levando em consideração as circunstâncias daquele momento na história do país, Jiang Zemin propõe, nos últimos anos de seu governo a Teoria dos Três Representantes. Segundo ela; o PCCh representa três elementos: (i) as tendências de desenvolvimento das forças produtivas modernas, (ii) os interesses fundamentais da maioria do povo chinês e (iii) as orientações de uma cultura avançada. Essa teoria foi, posteriormente, adicionada à Constituição do PCCh e, basicamente, tornava legítima a inserção dos empreendedores privados e dos capitalistas ao Partido, o que o tornava permeável aos atores influentes deste período de transição em que o papel das empresas – tanto privadas como públicas – se tornava proeminente nas discussões dos rumos a serem tomados no curso do desenvolvimento econômico chinês e, portanto, na elaboração do 10º Plano Quinquenal (FAN, 2006).

Segundo Naughton (2005), o 10º Plano se mostra propenso a aceitar a abertura de novos setores da economia chinesa ao capital privado chinês. Ele continua dizendo que as diretrizes do plano são claras ao afirmar que os setores monopolizados pelo Estado, ou seja, recursos naturais, utilidades e telecomunicações, serão abertos à diversificação da propriedade e de inversões. No que diz respeito ao setor financeiro, autorizações serão paulatinamente distendidas para que abarquem instituições financeiras de médio e pequeno porte. Segundo o autor, essas medidas afetam de forma significativa o funcionamento do sistema econômico chinês, indo de encontro ao âmago da teoria recém criada dos Três Representantes.

Zhu Rongji, o premiê de Jiang Zemin, esboçou quais seriam os parâmetros que guiariam sua a aplicação do 10º Plano. É perceptível que um dos focos do anseio pelo desenvolvimento está inclinado em direção ao fomento da indústria chinesa, tanto nas áreas das companhias ligadas ao Estado quanto nas do setor privado (CHINA, 2001).

“[As medidas do 10º Plano Quinquenal] são mais importantes no setor de energia, metalurgia, químicos, maquinários, automotivos, materiais de construção, têxteis e indústria leve. [...], em indústrias maiores, nós precisamos encorajar o estabelecimento de um grande número de companhias e grupos empresariais por meio de lista de ações, fusões, associação e reorganização. Tais companhias e grupos precisam ter seus próprios direitos de propriedade intelectual, produtos base e uma liderança central forte, e devem se tornar jogadores vitais e pilares no reajustamento e no avanço da indústria” (CHINA, 2001).

Interessante é notar que autores como Guest e Sutherland (2006) expuseram que esses setores são os que foram incentivados, durante a época das reformas das empresas chinesas nas épocas de 1980 e 1990, a terem suas empresas expandidas de modo que formassem o time nacional e representassem a China na economia global. Seguindo com o discurso de Zhu Rongji, ele deixa mais claros os desejos do governo chinês de expandir a política de melhoramento das empresas controladas pelo Estado por meio de compartilhamento do comando dessas empresas com o setor privado por meio de ações no mercado financeiro.

“A questão chave nesse quesito é acelerar o estabelecimento e o avanço de uma estrutura corporativa moderna. Nós precisamos encorajar as médias e grandes empresas controladas pelo governo a adotarem um sistema de chefia compartilhada e a mudarem seus procedimentos operacionais por meio da disposição de suas ações no mercado de financeiro, criando *joint venture* com investidores estrangeiros, ou comprando suas ações mutuamente. O Estado deve manter controle acionário em empresas estratégicas que dizem respeito à economia e à segurança nacional, mas não necessariamente em outras. Nós precisamos explorar energeticamente meios eficientes de gerir os ativos estatais. [...] Nós precisamos relaxar o controle sobre as pequenas e médias empresas controladas pelo Estado para melhorar sua vitalidade. Mais empenho precisa ser feito para separar as funções governamentais daquelas das empresas, e as funções do governo devem ser transformadas para reduzir o zelo e a aprovação administrativos. Câmaras de comércio, associações de comércio e outras agências intermediárias do mesmo gênero são encorajadas a tomarem papéis apropriados. Nós precisamos aprofundar a reforma dos sistemas de gestão de indústrias como a elétrica, de ferrovias, aviação civil e telecomunicações, e introduzir o mecanismo para a competição. As reformas devem melhorar as relações entre o governo e as empresas para que estejam de encontro com as demandas de uma economia socialista de mercado” (CHINA, 2001).

A aproximação com o setor privado começa a ser encorajada no discurso do Premiê, sendo importante ressaltar e levar em consideração que a exposição feita por ele ocorreu durante o Nono Congresso Nacional do Povo, o mais alto organismo legislativo do governo chinês, em 2011. Ainda, a aproximação entre o Partido Comunista Chinês e o empresariado citada por Zhu Rongji, principalmente na última frase citada, demonstra a disposição do governo chinês de se moldar à nova conjuntura que marca a economia da China continental e adaptar-se às circunstâncias que fazem parte do contexto de evolução econômica que toma forma no início dos anos 2000. Isso porque as forças de mercado podem se tornar, facilmente, um inimigo às economias dos Estados. Tanto que no próprio sumário do 10º Plano Quinquenal, a existência de empresas multinacional é reconhecida como sendo típica da estrutura industrial (CHINA, 2000).

“Conforme as empresas crescem em influência e riqueza, eles vão tentar usar processos políticos para colher mais para si mesmos. Elas vão usar argumentos para mostrar que o que eles querem para si é o que de fato é bom para o país. As

empresas falam sobre a perda de postos de trabalho e ameaçam que vão se mudar para outro local ou reduzir o emprego se o governo não fizer o que querem. Elas usam esses argumentos para enfraquecer as normas do ambiente de trabalho e as proteções de segurança do trabalho. E como não há compreensão generalizada sobre economia, tais argumentos de autossuficiência muitas vezes prevalecem, ou pelo menos dão cobertura suficiente para ações que vão contra o interesse geral” (STIGLITZ, 2006).

O governo chinês, visando contornar esse obstáculo, resolveu abarcar essas forças de mercado dentro do seu escopo de atuação e encaixá-los no sistema de desenvolvimento da economia de forma que se tornasse um jogo de ganhos para ambos os lados. Nesse sentido, ocorre a liberação, na mesma época da divulgação dessas diretrizes do décimo Plano Quinquenal, da participação dos membros do setor privado, principalmente dos donos de empresas, no Partido Comunista Chinês, culminando, posteriormente, no surgimento dos já mencionados capitalistas vermelhos, por meio da já mencionada Teoria dos Três Representantes de Jiang Zemin. A estratégia executada pelo PCCh nesse sentido – isto é, de neutralizar uma possível ameaça incluindo-a no seu próprio meio de atuação como ferramenta para perpetuar-se no poder e também fomentar o crescimento econômico, gerando ganhos para ambas as partes – foi um movimento ao mesmo tempo inovador para um Partido considerado proveniente de um sistema ditatorial, assim como de extrema inteligência para que o governo não perdesse sua legitimidade: uma vez que ocorre a geração de mais empregos via crescimento da econômico tanto no sentido público como no sentido privado, o contentamento da população está, nesse quesito, assegurada (DICKSON, 2007).

Como forma de agregar todas as necessidades paralelas ao setor empresarial e a economia chinesa, o Premier Rongji (CHINA, 2001) aponta a necessidade de aprofundar o comércio internacional, incentivar a absorção de conhecimento e lançar as empresas chinesas no mercado internacional:

“Precisamos tomar medidas eficazes para mudar os métodos de administração do governo e aumentar a competitividade das empresas chinesas. Precisamos aprofundar as reformas, a fim de estabelecer um sistema de comércio exterior e da cooperação econômica compatíveis com as normas internacionais e apropriado para condições domésticas. [...] Em segundo lugar, precisamos expandir o comércio de importação e exportação, com destaque para a exportação de bens de alta qualidade e tecnologia. Precisamos aperfeiçoar o conjunto de produtos de exportação através da expansão da participação de produtos de alta e nova tecnologia, aumentando o conteúdo tecnológico e valor agregado nos produtos tradicionais exportados em grande quantidade, e expandindo a escala do setor de serviços. Precisamos padronizar a regulamentação das indústrias de processamento e aumentar o incremento de valor agregado desse comércio.

Precisamos promover vigorosamente a diversificação de mercados e abrir novos mercados para nossas exportações. No comércio de importação precisamos enfatizar tecnologia avançada, equipamento chave e importantes matérias-primas e processados que são urgentemente necessários na China. Precisamos tomar parte ativa nas parcerias comerciais multilaterais e de cooperação econômica internacional e regional. [...] Temos de incentivar os investidores estrangeiros, especialmente as empresas transnacionais, a investir em indústrias de alta tecnologia e infraestrutura e incentivá-los a criar centros de pesquisa e desenvolvimento na China e participar na reestruturação e renovação de empresas estatais. Precisamos apoiar as empresas elegíveis para fazer parte das listas nas bolsas de valores no exterior e melhorar ainda mais o clima de investimento. Nós também precisamos explorar novas maneiras de utilizar mais investimento estrangeiro, tais como aquisição, fusão, investimento de risco, fundos de investimento e investimento em valores mobiliários. [...] Em quarto lugar, temos de instaurar uma estratégia de "sair de casa", encorajando as empresas com vantagens comparativas a fazerem investimentos no exterior, para estabelecer operações de processamento, explorar os recursos estrangeiros com parceiros locais, para contratar projetos de engenharia internacionais, e para aumentar a exportação de mão de obra. Temos de proporcionar um quadro político favorável para criar condições adequadas para as empresas estabelecerem operações no exterior". (CHINA, 2001).

O governo de Jiang Zemin chega ao fim em 2003 com a ascensão ao poder de Hu Jintao e seu novo Premier Wen Jiabao, os quais traziam ao governo chinês a disposição pela implantação dos novos ideais defendido por Zemin e pelo desenvolvimento econômico, ou seja, eles dariam continuidade às ideias do antigo presidente, que estavam programadas no 10º Plano, assim como trariam consigo uma pré-disposição a novos rumos para a política chinesa. Em resumo, a liderança Hu-Wen se pauta em uma nova apresentação para a perpetuação do pensamento da administração de Jiang Zemin, com uma imagem mais aberta para o debate (FAN, 2006; FAIRBANK, 2006; OLIVEIRA, 2003).

Uma vez que os capitalistas e empreendedores do setor privado estão, portanto, inclusos no Partido Comunista Chinês, a execução das metas do 10º Plano Quinquenal ocorre no governo de Hu Jintao com a participação de alguns de seus maiores beneficiados já inseridos no sistema político chinês. Para que os ganhos dos capitalistas vermelhos continue, as políticas de desenvolvimento que compõem o 11º Plano Quinquenal visam, considerando que a posição de preponderância e poder está garantida para a referida classe, aumentar os ganhos das empresas, tanto privadas como Estatais, e promover a competição entre elas para que o crescimento econômico seja incitado para o ambiente externo. Dessa forma, a expansão objetivada pelo fortalecimento das empresas do time nacional, assim como das empresas privadas, é conquistada para os dois lados interessados. Como exposto nas primeiras páginas do 11º Plano (CHINA, 2006), o objetivo, nesse sentido, é:

“Promover o melhoramento e a otimização da indústria. A direção e os requerimentos gerais são: desenvolver a indústria de alta tecnologia; priorizar o serviço moderno industrial; incitar vigorosamente novas indústrias de alta tecnologia; desenvolver moderadamente a indústria manufatureira moderna e melhorar substancialmente a agricultura moderna. [...]”(CHINA, 2006).

Diversos setores da indústria são citados como essenciais ao desenvolvimento e que são pauta do mesmo nos objetivos desse Plano. São eles: a indústria moderna de serviços; a indústria financeira; a indústria criativa e cultura; indústria interiorana interna; logística moderna; trocas comerciais; indústria de softwares; indústria de pesquisa e desenvolvimento; serviços de informação; comunicações; computadores; indústria de circuitos integrados; indústria de telas fotoelétricas; indústria de biológica moderna; manufaturas modernas; indústria automobilística; manufaturas de equipamentos; novos materiais petroquímicos; indústria médica; indústria civil; e a operação industrial da agricultura. A listagem é extensa e abarca os mais diversos setores da indústria, sendo que o assunto “indústria”, nos seus mais abrangentes escopos, compõe boa parte das orientações do 11º Plano Quinquenal (CHINA, 2006).

Isso vai de encontro com as premissas e pontos endereçados ao início do texto do 11º Plano Quinquenal, que incitam a transformação do modo de crescimento econômico, a promoção da otimização e do melhoramento industrial, guiar a distribuição racional de indústrias, o desenvolvimento ativo de uma economia cíclica e o aprofundamento das reformas do sistema administrativo. Algumas diretrizes são importantes de serem destacadas, visto que o setor empresarial está engendrado no Partido Comunista Chinês, isto é, há uma associação entre o poder político e as forças de mercado, que pode ser depreendida de políticas também expressas nesse Plano, como o incentivo a promoção do desenvolvimento do sistema de mercado, das iniciativas dos atores do mercado, assim como o melhoramento de mecanismos de ajustes econômicos. Mais uma vez se denota a característica de adaptar-se à conjuntura econômica dos membros do Partido Comunista Chinês, assim como a própria ingerência do setor empresarial em ter sua participação na economia chinesa fomentada pelo apoio governamental (CHINA, 2006).

No que diz respeito à continuidade das reformas do sistema administrativo, as diretrizes do Plano expressam que:

“A transformação das funções do governo devem ser aprofundadas. A separação do governo das empresas, do capital, de questões específicas e de agências de mercado intermediárias deve ser promovida de modo que se simplifique e padronize o processo de revisão administrativa. [...] A reforma das indústrias

monopolizadas deve ser reforçada, como no setor de água, eletricidade, gás natural, térmico, entre outros da infraestrutura e utilidades públicas para que o cultivo e a operação do mercado se tornem mais abertos e a competição justa seja impulsionada. [...] Além disso, a transformação do governo de um gestor direto para um supervisor do mercado deve ser acelerada. [...] Setores econômicos não públicos devem ser promovidos. Acesso ao mercado deve ser dado a todas as empresas com registro legal. Devemos continuar a remover e revisar as políticas que impedem o desenvolvimento da economia não pública de forma a garantir tratamento igualitário aos negócios privados. Ademais, os canais de financiamento das empresas não públicas devem ser diversificados com ênfase na solução de dificuldades financeiras”. (CHINA, 2006).

Segundo Naughton (2007), essas ideias expressam um claro avanço no aspecto de que o governo está expressando em seu Plano que está propenso à maior participação da capital privado chinês em diversos setores da economia. Os setores monopolizados pelo Estado, isto é, recursos naturais, telecomunicações e utilidades públicas serão agora passíveis de investimento e poderão ser geridos por outros atores que não os membros do Estado. Nesse mesmo sentido, no mercado financeiro, pequenas e médias instituições financeiras que possuem qualquer tipo de gestão, seja ela privada, pública ou mista, terão acesso a maiores parcelas do mercado chinês e terão permissões estendidas gradualmente a elas. Essa mudança brusca na filosofia de governo do PCCh que se aprofunda no 11º Plano Quinquenal tem sua descrição exposta por Cindy Fan (2006) como sendo “revolucionária”, uma “bomba d’água” e “um ponto de inflexão significativo”, em que mudanças e direções vitais do desenvolvimento econômico nacional são apresentados por um país em que, apesar de continuar com uma economia controlada com forte poderio pelo Partido Comunista Chinês, seus líderes repensam as estratégias e as prioridades do desenvolvimento da China.

De acordo com o Banco Mundial (WORLD BANK, 2008), a alteração na proposta do 11º Plano Quinquenal foi expressa em seu próprio texto, ou seja, havia a intenção de que ele fosse um “programa” ao invés de um “plano”: isso porque a palavra “plano” era característica da época do planejamento econômico centralizado, mesmo antes das reformas, e aplicar uma nova nomenclatura como essa (ou seja, “programa”), expressa a intenção do governo chinês de ter esse Plano como uma política que estivesse de acordo com uma economia de mercado. Isso denota, em mais esse aspecto, a adaptação do governo chinês – e conseqüentemente de suas políticas – a essa nova fase do desenvolvimento chinês, em que o setor empresarial estava inserido no governo e que o mercado se tornou inerente às práticas do governo. Ainda, o 11º Plano Quinquenal promoveu um crescimento massivo na expansão da capacidade de produção de aço e alumínio,

setores que possuem alta concentração de empresas tanto privadas como públicas. Em questões financeiras, o investimento foi impulsionado pela associação entre os lucros reinvestidos e rápido crescimento de empréstimos; e em termos de incentivos, diversos foram ofertados às empresas desses setores, expressando um padrão de crescimento rápido pautado na indústria pesada, característico desse Plano. O mais interessante é notar que não há delimitação entre o envolvimento governamental e as atividades das empresas no texto desse Plano, em outras palavras, é comprovado que a associação entre o setor empresarial e o Partido Comunista Chinês se reflete nos Planos Quinquenais após a maturação da sua adesão ao sistema político (JABBOUR, 2010).

Outras informações expostos pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 2008) mostram que a participação do setor empresarial no desenvolvimento da economia chinesa foi intensificada durante a aplicação das normativas do 11º Plano Quinquenal. Um exemplo seria a transição ocorrida no período em termos de gastos com pesquisa e desenvolvimento: eles geralmente eram feitos pelo governo, passando, então, para um modelo em que o sistema de inovação seria orientado pelas próprias empresas. Os ganhos gerais para o setor empresarial são diversos: o crescimento industrial, no contexto geral, passou, em termos de valor agregado, de 3% entre 2006-2007 para 7,5% pós 11º Plano; além disso, o setor privado de empresas foi encorajado a participar no acesso ao investimento em setores rurais. A reestruturação da economia chinesa – e do governo chinês, porque não – foi pautada em nome do aumento da participação do setor empresarial de indústrias pesadas, o que pode ser depreendido da mesma análise do Banco Mundial sobre quais os objetivos desse Plano.

“[Um dos seis princípios guia do primeiro capítulo é o] aprofundamento das reformas e abertura ao mundo externo: reforma em direção a uma economia socialista de mercado, melhoramento de sistemas empresariais modernos e sistemas de direitos de propriedade, ter os preços determinados pelos mercados e pela escassez de recursos, aumentar a eficiência na alocação de recursos, ‘mudar as funções do governo de forma prática’ e melhorar o controle macro[econômico], continuando a abertura ao mundo externo” (WORLD BANK, 2008).

Tanto o 11º Plano Quinquenal como o 12º Plano Quinquenal foram os em que a ênfase passou do estabelecimento de números a serem alcançados para políticas com sentido mais amplo, isto é, o governo passou o seu discurso de focado em expressar metas numéricas a serem atendidas para um discurso com diretrizes a serem seguidas em determinadas áreas vitais do

planejamento estatal. Os objetivos dos planos mais recentes visam alcançar um desenvolvimento econômico relativamente rápido, controlado e de longo prazo. Nas bases do décimo segundo Plano Quinquenal, estabelecido para ser realizado de 2011 até 2015, podem ser encontradas políticas econômicas que tem como objetivo encorajar a participação do setor privado nos negócios (SANO, 2011).

No 12º Plano a promoção da indústria de alta tecnologia e a de serviços é o foco, para que se atendam as demandas ainda existentes de crescimento das empresas comandadas pelo Estado, assim como das empresas privadas, o que corresponde com os interesses dos capitalistas vermelhos que, uma vez ainda – e cada vez mais – presentes dentro do Partido Comunista Chinês, de acordo com Dickson (2007), continuam a perpetuar, em conjunto com os políticos chineses, o desenvolvimento econômico da China de modo que atenda a todos os players dessa economia.

Os mesmos setores que foram condicionados pelo 11º Plano também o são no 12º Plano. A grande diferença neste é que questões de melhoria nas condições de trabalho são adicionadas ao fator de “desenvolvimento das empresas chinesas”: ocorre uma incorporação ao mercado capitalista de anseios sociais que antes só haviam sido endereçados pelo governo chinês no desenvolvimento geral da economia, não no desenvolvimento das empresas. Apresenta-se, portanto, mais uma grande mudança em um governo conhecido pela sua rigidez, mas que desde a virada do século tem não somente aplicado mudanças econômicas, mas também políticas e sociais, guardadas as devidas proporções (NOGUEIRA, 2011).

A questão central da análise desse Plano é a forma com que a gestão das reformas do Estado em relação ao capital privado se apresenta nos textos se tornou mais opaca, sem referências diretas, como no 10º Plano. Agora, os Planos endereçam as ações de forma mais geral e com foco no desenvolvimento industrial e na adaptação ao mercado internacional (SANO, 2011). Segundo Gang:

“A China deve continuar a promoção do aprofundamento das reformas em áreas como finanças e taxaço, serviços financeiros, preços e setores monopolizados. O governo deve produzir mais mudanças nos seus sistemas de modo a aumentar sua credibilidade e eficiência. A China deve continuar a aumentar sua abertura econômica. [...] O 12º Plano Quinquenal é extremamente compreensivo e ambicioso, chamando por maior desenvolvimento e modernização em todos os setores da economia chinesa. Da agricultura à manufatura, da mineração aos sistemas de transporte, da educação ao cuidado médico, e dos bancos para os

seguros, o Plano expressa cada detalhe dos objetivos para melhoras e avanços para os seus cinco anos de execução.” (GANG; LIPING, 2013).

Seguindo essa lógica, estão no 12º Plano nove setores das indústrias de manufaturas vitais à economia chinesa e, claramente, são setores em que há empresas de gestão Estatal, assim como empresas de gestão privada ou mista. São os setores de fabricação de equipamento, construção de navios, construção de automóveis, geração de metais e materiais de construção, petroquímicos, têxteis e indústria leve, indústria papelreira, informação eletrônica e construção. Além disso, sete novas indústrias estratégicas são abordadas: proteção ambiental e poupança de energia, tecnologias de informação de nova geração, biologia, equipamentos de alta-tecnologia, novas energias, novos materiais e automóveis movidos a novas energias. Isso pode demonstrar que as grandes empresas estão apostando em novos setores e precisam de apoio do aparato estatal para que se tornem competitivas no mercado internacional via desenvolvimento econômico amparado nas políticas governamentais (SANO, 2011; GANG; LIPING 2013). Isso pode ser notado em (CASEY & KOLESKI, 2011):

“A ênfase de ambos os Planos Quinquenais 11 e 12 mudou de enumerar metas de produção para descrever princípios amplos. Por exemplo, os projetos de infraestrutura e as metas desenvolvimento científico expressas no 12º Plano são direcionadas para que se conquiste ‘desenvolvimento econômico relativamente rápido, estável e de longo prazo’. [...] Enquanto o 11º e o 12º Planos quinquenais incluem claras políticas e meter industriais, eles possuem menor quantidade de metas de produção numéricas em comparação aos Planos anteriores e confiam de forma pesada em mecanismos de mercado para conquista essas metas industriais” (CASEY & KOLESKI, 2011)

O 12º Plano deu continuidade às políticas iniciadas no 11º Plano, dando ênfase nas mesmas áreas industriais mencionadas, assim como em outras, a exemplo da exploração de terras raras, um setor novo e que pode proporcionar muitos ganhos ao setor empresarial, visto que a quantidade de terras raras no território da República Popular da China é considerável. No texto original do 12º Plano, o governo chinês expressa alguns pontos em relação ao desenvolvimento industrial e ao apoio às empresas, sejam elas públicas ou privadas, como consta abaixo.

“[Devemos] tomar vantagem da forte base industrial e tecnológica, melhorar o sistema industrial moderno, promover o crescimento de indústrias vantajosas como as de manufatura de equipamentos, matérias-primas, automóveis e processamento profundo de produtos agrícolas [...]. [Devemos] aprofundar as reformas das empresas controladas pelo Estado, aumentar a velocidade das reformas das empresas coletivas de propriedade de fábricas [...], [e] desenvolver vigorosamente a economia não-pública [...]” (CHINA, 2010).

Além disso, é encorajada a reforma contínua das empresas estatais, de forma que o investimento continue constante nessas empresas. É importante ressaltar os demais setores em que a reforma das empresas Estatais é encorajada nesse Plano: o setor de indústrias ferroviárias, de geração de energia elétrica, de telecomunicações, de produção de petróleo, de aviação civil e de indústrias que trabalhem com o setor público. Nesse mesmo sentido, é encorajada a separação entre as funções do governo como órgão político das suas funções como administrador e investidores de ações das empresas controladas pelo Estado chinês, denotando o desejo do governo chinês de que se aperfeiçoe o sistema de gestão dessas empresas e indústrias. Por fim, o Plano também expõe que o governo anseia dar suporte e oferecer orientação no desenvolvimento da economia não-pública – ou seja, privada: há orientações expressas no 12º Plano de que o governo chinês deseja agir dessa forma visando a entrada do capital privada nas indústrias e setores que possuem permissão para tanto, tendo em vista que ainda existem determinados setores estratégicos em que há regulamentação e leis que impedem a inversão privada. Ademais, a participação das empresas privadas é encorajada na reforma das empresas controladas pelo Estado, assim como é dado incentivo não somente à entrada de maiores investimentos nas empresas chinesas como a expansão externa do investimento chinês, o que aprofunda as relações com o mercado internacional e vai de encontro com as políticas do *Going Global* (CHINA, 2010).

Nota-se e conclui-se, portanto, que no 10º Plano Quinquenal as medidas a serem alcançadas com as mudanças sugeridas tinham um cunho mais assertivo, de alterações específicas e pontuais que fizessem com que os objetivos de crescimento da economia chinesa fossem alcançados em todas as esferas abordadas. Essas esferas abarcavam as mudanças administrativas dentro do próprio governo chinês, assim como as consequências dessas alterações no escopo de atuação das empresas Estatais e privadas. Desse momento em diante, nos 11º e 12º Planos Quinquenais o foco alternou-se para os apontamentos generalizados para questões específicas e, no escopo desse trabalho, destaca-se o incentivo concentrado na indústria de todos os setores, indo desde o setor de alta tecnologia e alta participação de capital até o segmento industrial de manufaturas, sempre atendendo as demandas das empresas Estatais e privadas, as maiores beneficiadas com o modelo de desenvolvimento proposto pelos Planos (SANO, 2011).

4 CONCLUSÕES

A República Popular da China tem sido tema para os mais diversos estudos em diversas áreas – partindo do campo político e perpassando as áreas da economia, do direito, da cultura e a sociologia, para citar apenas alguns. No campo das relações internacionais, permeado por estudos em variadas áreas, o debate sobre o desenvolvimento chinês é tão forte e tão primordial quanto é em suas áreas correlatas, principalmente no que diz respeito ao conhecimento que pode agregar sobre o tema para os demais modelos de economias dos países. Além disso, mesmo quando se pensa que não há mais materiais ou fontes a serem analisadas desse gigante econômico que influenciou e ainda influencia as relações de poder entre os Estados, somos provados do contrário: há muito a história e a trajetória do povo chinês chama atenção dos “asianistas” curiosos pela composição desse país tão peculiar (seja em termos culturais, sociais, geográficos, históricos, políticos, entre outros), bem como, ao mesmo tempo, se apresenta tão fascinante aos olhos dos que o procuram estudar e compreender, tendo em vista suas características únicas de formação.

O crescimento vultoso pelo qual a República Popular da China passou nos últimos quase quarenta anos, uma característica relevante e distinta se comparada com as trajetórias de crescimento de outros Estados, é tão impressionante que serve como objeto de estudo por si só. Para um país que passou por diversos momentos de subjugo no seu percurso histórico, perceber que o povo chinês não desistiu e, hoje, finalmente colhe os frutos do sucesso semeado por décadas (e porque não séculos), certamente causa certo espanto e surpresa àqueles que passaram por situações semelhantes, mas que não trilharam a mesma trajetória em termos de desenvolvimento em seus países. Contudo, é importante destacar que a sugestão desse trabalho não é a de mostrar a RPC como um modelo a ser seguido pelos demais países, mas sim retirar os resultados positivos da relação entre o setor empresarial e um modelo de governo único como o da China para o desenvolvimento econômico, e, dessa forma, incitar a mesma análise para outros modelos de governo.

Considerando o curso singular de crescimento da RPC, é importante ressaltar que as reformas econômicas de Deng Xiaoping mudaram a estrutura econômica da República Popular da China como um todo, em todos os aspectos (desde as mudanças estruturais na produção industrial até o crescimento das porcentagens de habitantes de zona urbana em detrimento da

zona rural), e lançaram o país à expansão baseada nos pilares do desenvolvimento, expressos por Xiaoping: agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas. Seus sucessores, Jiang Zemin e Hu Jintao (este último ainda no poder), deram continuidade a essa política e levaram a China ao patamar de crescimento desejado por muitos e alcançado por poucos. Não apenas isso, o país se tornou uma variável constante nas indagações acerca do futuro da economia global, não podendo mais ser desconsiderado na realização de análises referentes ao tema.

Ao se pensar no seu histórico de reformas que levaram o país ao patamar que está hoje, a República Popular da China evoluiu muito, não apenas em termos de crescimento e desenvolvimento, mas em termos do próprio conteúdo das reformas. Entre os governos de Deng Xiaoping e Jiang Zemin as reestruturações econômicas pelas quais o país passou tiveram como objetivo final o desenvolvimento estrutural intenso da estrutura produtiva, o que resultou em taxas de crescimento altas ao início dos anos 2000. Posteriormente, quando esses objetivos foram alcançados e uma nova fase iniciou-se no desenvolvimento chinês – nos anos 2000 com a adesão da China à Organização Mundial do Comércio e a participação do setor empresarial no Partido Comunista Chinês se tornando legal por decisão do próprio governo chinês – a abordagem com que o Estado chinês endereçava o seu modelo de desenvolvimento nos Planos Quinquenais começou a se alterar, mudando de diretrizes mais objetivos que estipulavam taxas a serem alcançadas para recomendações mais gerais de objetivos desejados.

Essas alterações ocorreram não somente por conta da influência do setor empresarial nos Planos Quinquenais, mas também porque o crescimento em si começou a ser visto pelo governo chinês de uma maneira distinta: as taxas de crescimento já haviam sido alcançadas por meio das políticas reformistas e desenvolvimentistas que vem sendo aplicadas desde 1978; a partir de então, com esse novo cenário que se formou no início dos anos 2000, o objetivo passou, então, à estabilidade econômica baseada nos ganhos conquistados, de forma que a população também partilhasse desse processo, o que não vinha acontecendo até então, visto o endereçamento feito por Hu Jintao nessas questões desde que ascendeu ao poder.

Pode-se notar que a questão da estabilidade está em pauta no cenário econômico da República Popular da China: não somente a falta de certeza que ronda a economia global e o mercado financeiro, pós recessão, impõe intimidações que deixam a sociedade duvidosa em relação aos próximos passos do Partido Comunista Chinês na sua perpetuação no poder. Isso

porque a própria participação do setor empresarial é questionada em relação aos ganhos que de fato pode trazer à economia chinesa, uma vez que o governo do país se mantém no poder desde 1949, sendo uma das únicas economias socialistas do mundo, com ideias que diferem de, praticamente, a totalidade de países do sistema internacional.

Progressivamente, com o decorrer do tempo, a RPC deixou de ser um país com economia controlada puramente pelo Estado para realizar uma abertura econômica gradual que continua até hoje (com respaldo dos Planos Quinquenais), focada no incremento da indústria pesada, da inserção profunda no mercado internacional, a crescente participação do setor empresarial na política Estatal e do governo nas questões referentes ao capital privado. Pode-se inferir que o governo chinês e, portanto, o Partido Comunista Chinês, está disposto a fazer o que for preciso, dentro do grupo de ações factíveis, para que o crescimento chinês perdure, desde que forma sustentável. Exemplo disso é a associação com o setor empresarial, a qual além de trazer ganhos para a própria economia e para a sociedade chinesa, traz novos debates políticos e vai de encontro com os objetivos de desenvolvimento do Estado chinês.

Tendo em mente essas ponderações, a pesquisa feita no presente trabalho teve como objetivo analisar o crescimento das empresas chinesas, tanto as controladas pelo Estado como as do setor privado – e, por consequência, do setor empresarial como um todo – por meio das reformas econômicas e como o setor empresarial passou de uma peça no xadrez do Partido Comunista Chinês para um jogador com capacidade para influenciar a dinâmica a ser jogada. Anos de robustecimento da base industrial e empresarial na China conferiu poder de barganha ao setor empresarial, colocando-os como variável chave no desenvolvimento da economia do país, o que levou a legalização da sua participação na política governamental, visando a cooperação entre esse setor e o Partido Comunista Chinês.

Uma vez inseridos no âmago do PCCh e participando como membros do mesmo, os representantes do setor empresarial começaram a exercer funções políticas, paralelamente aos seus postos como proprietários de empresas; se tornaram, portanto, formuladores da política de desenvolvimento da economia chinesa. Com suporte de um governo que apoia sua influência, é de se esperar que políticas que guiam o desenvolvimento econômico – os Planos Quinquenais – estejam suscetíveis a terem em seu conteúdo orientações que vão de encontro com o anseio do governo chinês (isto é, tornar seu país economicamente pujante e autossustentável), assim como

com o do setor empresarial, ou seja, o lucro. E esse tipo de lógica não é incomum, estando presente em diversos governos, independente do lado em que estejam no espectro político, esquerda ou direita: a associação colaborativa entre a administração Estatal e os detentores dos meios de produção transcorre a historiografia humana.

Seguindo a proposta dos objetivos de pesquisa, pode-se inferir que, de acordo com o que se encontra nos Planos Quinquenais após o início da adesão de representantes do setor empresarial no Partido Comunista Chinês como membros efetivos, ou seja, entre 2001 e 2015, é de se esperar que os chamados capitalistas vermelhos desejem que as empresas continuem evoluindo economicamente com forte incremento do setor industrial, o que de fato ocorre por recomendação dos Planos Quinquenais. O objetivo de inserir esses representantes no sistema de governo chinês teve respaldo do PCCh – tanto nos governos de Jiang Zemin como no de Hu Jintao – e foi oficializado com a aplicação do 10º Plano Quinquenal. A partir de então, os 11º e 12º Planos Quinquenais tem seu formato alterado para que essas demandas do setor empresarial sejam atendidas de forma mais incremental, sem expor de fato que essa é um interesse particular desse setor, por mais que seja confluyente com o anseio pelo desenvolvimento pleno do governo chinês, unindo um interesse comum de duas classes sociais distintas.

A hipótese central de que a partir da relação de cooperação mútua existente entre os agentes políticos do Partido Comunista Chinês e o setor empresarial chinês foram promovidas mudanças na condução do modelo de desenvolvimento chinês, via PCCh, é de fato perceptível, assim como os ganhos originários dessa relação para as empresas chinesas. O discurso de inclusão dos empresários ao PCCh de forma legal proferido por Jiang Zemin, que posteriormente teve suas instruções conduzidas de forma contínua por Hu Jintao, permitiu a ascensão dos capitalistas vermelhos a postos do Partido Comunista Chinês e foi, inclusive, justificado com um argumento de cunho cultural, por meio da Teoria dos Três Representantes. Esse aspecto deve ser frisado: o povo chinês possui uma cultura forte e justificar uma atuação política nesses termos pode servir como forma de defender essa ação perante sociedade. A partir de então, com essa associação de cooperação entre os dois setores – privado e público – a maneira com que o modelo de desenvolvimento é almejado, planejado e conquistado, por meio dos Planos Quinquenais, é alterada, optando pela inserção de orientações de cunho mais geral, contudo, aplicadas a setores

específicos da indústria chinesa, visando atender as demandas dos grupos afetados por essas políticas.

Obviamente, a conclusão é feita de forma direta, levando em consideração a associação de que “atos geram consequências”: uma vez que o setor empresarial torna-se relevante no jogo de poder econômico, a ameaça residente na sua existência começa a ser considerada pelos *players* do governo chinês. Uma vez que este último já vem construindo uma trajetória de liberalização econômica e inserção na economia global por meio de reestruturações profundas, adaptar-se a um novo cenário se torna mais uma tática para continuar o caminho até a concretização do seu objetivo final, mesmo que o governo tenha que se adaptar às novas forças de cada período. Ao permitir que o setor empresarial participe do PCCh, o governo chinês traz para dentro do seu sistema de governo o setor empresarial, para que este tenha suas demandas atendidas e não sirva como oposição à economia socialista de mercado, o que seria uma contradição ao seu próprio nome: como uma economia socialista não levaria em consideração a opinião dos que compõem uma dos setores dominantes do mercado chinês?

Finalmente, é importante ressaltar dois pontos. Primeiro, que a pesquisa não segue uma linha específica de autores ou de uma corrente metodológica, visto que o material sobre o tema não é tão vasto ou tratado de forma uniformizada da maneira como foi esquematizada nesse trabalho. E, sem segundo lugar, que, além de toda a discussão contida nesta monografia, deve-se dar a devida atenção a outras variáveis que tomam parte no complexo político de jogos de poder, a exemplo das influências culturais e a influência da população chinesa. Para que se consiga fazer uma avaliação completa do panorama que envolve o crescimento da República Popular da China, essas variáveis também devem ser endereçadas, o que deixa para o presente trabalho apresentar somente duas dessas variáveis: a variável política e a variável econômica. Uma análise completa deve apresentar, portanto, considerações a nível social e cultural, as quais não se encontram no escopo desta monografia, mas que certamente fazem diferença na computação final dos fatores agregados.

Espera-se que este trabalho sirva de inspiração para que se possa compreender com maior profundidade essas dinâmicas, não somente do planejamento do governo chinês, mas também de outros, principalmente do brasileiro, em que situações semelhantes podem ocorrer, visto que não se possui uma política de desenvolvimento firme e concisa no Brasil desde o Segundo Plano

Nacional de Desenvolvimento (ou II PND), de 1975, ou seja, há uma lacuna que requer explicação do porque não seguimos uma trajetória semelhante à de países como a China. Por isso, o desenvolvimento chinês é um exemplo a ser seguido e compreendê-lo também pode ser valioso para o desenvolvimento do Brasil, assim como para os demais países do sistema internacional, para que políticas e associações entre os atores internos também possam ser agregadas a todas as econômicas, proporcionando o desenvolvimento a todas as nações, desde que sejam essas associações orquestradas em nome do povo e de forma justa.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira (org.). **Comércio Internacional – Aspectos Teóricos e as Experiências Indiana e Chinesa**. Brasília: IPEA, 2010.

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa compara e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

CASEY, Joseph & KOLESKI, Katherine. **U.S.-China Economic & Security Review Commission**, June 24, 2011. Disponível em: << http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/12th-FiveYearPlan_062811.pdf>>. Acesso em 9 set. 2016.

CHERNAVSKY, Emilio; LEÃO, Rodrigo P. F. **As Transformações Estruturais do Comércio Exterior Chinês**. Brasília: IPEA, 2011.

CHINA. Beijing's 11th Five-Year Plan: Outline. Tradução por: Steve. Beijing Association of Enterprises with Foreign Investment, 2006, pp. 1-90. Disponível em: << https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjE-_mR5sPQAhVFI5AKHYcPBmQQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mwcog.org%2Fasset.aspx%3Fid%3Dcommittee-documents%2FsfpXVIY20060405143955.pdf&usq=AFQjCNFgLTpe0-WYazgDsDtoqxbzDzGZA>>. Acesso em 18 out. 2006.

_____. Communist Party of China (CPC) Central Committee. (2000). **Summary of the Tenth Five-Year Plan (2001-2005) – Information Industry**. Disponível em: << <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan022769.pdf>>>. Acesso em 2 de set. 2016.

_____. Report on the outline of the tenth five-year plan for national economic and social development (2001). Beijing, 2001. Disponível em: <<http://www.gov.cn/english/official/2005-07/29/content_18334.htm>>. Acesso em 6 set. 2016.

_____. Twelfth Five Year Plan (2011-2015). National People's Congress: 2010. Traduzido por: Delegação da União Europeia na China. Disponível em: <<<http://www.cbichina.org.cn/cbichina/upload/fckeditor/Full%20Translation%20of%20the%2012th%20Five-Year%20Plan.pdf>>>. Acesso em 12 out. 2016.

CIA. Economic intelligence report: comparison of the first five year plans of communist china and the USSR. Langley: Office of Research and Reports, 1959. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000313443.pdf>>. Acesso em 19 out. 2016.

COSTA, A. M. **As economias chinesas (II) – a República Popular da China: definindo um modelo de economia de mercado.** 2002. Disponível em: <<http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1175/infor_inter_2002_I2.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2016.

CUI, Z. O papel do Estado na economia: um exame teórico sobre o caso chinês. In: ARBIX, G. et al. (Org.) **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois.** São Paulo: UNESP, 2002.

CUNHA, A. M. **A economia política do “milagre chinês”.** 2008. Encontro Nacional de Economia, Salvador, dez 2008. Disponível em : <<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000685278&loc=2011&l=3cbda7fdb71f6c47>>>. Acesso em 13 abr. 2016.

DA SILVA, S. T. **A importância da grande empresa na China pós-1978.** 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

DATHEIN, Ricardo. Formação, expansão e internacionalização de grandes grupos empresariais chineses como estratégia de Estado. **Revista. Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 37, p. 67-95, janeiro 2014.

DICKSON, Bruce J. **Integrating wealth and power in China: the Communist Party's embrace of the private sector.** The China Quarterly, nº 192, p. 827-854, December 2007. Disponível em: <<<https://myweb.rollins.edu/tlairson/china/chiwealthpower.pdf>>>. Acesso em 25 ago. 2016.

DULBECCO, P. & RENARD, M.-F. **Permanency and flexibility of institutions: the role of decentralization in Chinese Economic Reforms.** CERDI Working Papers, n. 99-124, 1999. Disponível em: <<http://www.gmu.edu/depts/rae/archives/VOL16_4_2003/3_dulbecco.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2016.

FAN, C. C. **China's eleventh five-year plan (2006-2010) From 'getting rich first' to 'common prosperity'.** Eurasian Geography and Economics, 2006, 47, No. 6, pp. 708-723. Disponível em <<<http://www.sscnet.ucla.edu/geog/downloads/597/300.pdf>>>. Acesso em 15 ago. 2016.

GANG, Fan; LIPING, He. China's 2th Five Year Plan. Krane Shares: ETFS, 2013, pp. 1-8. Disponível em:

<<http://kraneshares.com/resources/2013_10_kfyp_fan_gang_white_paper.pdf>>. Acesso em 22 de out. 2016.

GOLDMAN, Merle. Epilogue: China at the start of the twenty-first century. In: FAIRBANK, John King. **China: a new history**. Cambridge: Harvard University Press, 2006. Disponível em:

<<

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi0hOjf6cPQAhXJI5AKHTczDUgQFghSMAC&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffile.PostFileLoader.html%3Fid%3D568d372e6307d947da8b4586%26assetKey%3DAS%253A314924465623041%25401452095251984&usg=AFQjCNFR0bzaG0MwW6F_OY8R7bpkiMByw>>. Acesso em 12 ago. 2016.

_____. The Post-Mao Reform Era. In: FAIRBANK, John King. **China: a new history**. Cambridge: Harvard University Press, 2006. Disponível em: <<

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi0hOjf6cPQAhXJI5AKHTczDUgQFghSMAC&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffile.PostFileLoader.html%3Fid%3D568d372e6307d947da8b4586%26assetKey%3DAS%253A314924465623041%25401452095251984&usg=AFQjCNFR0bzaG0MwW6F_OY8R7bpkiMByw>>. Acesso em 12 ago. 2016.

GUEST, Paul; SUTHERLAND, Dylan. **How has China's 'national tem' of enterprise groups performed? An evaluation using aggregate and firm level data**. Trinity economic paper: TEP, 2006, No. 8. Disponível em: <<http://www.tcd.ie/Economics/TEP/2006_papers/TEP8.pdf>>. Acesso em 13 set. 2016.

JABBOUR, E. M. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers**. Londres: Unwin, Hyman, 1988.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRUGMAN, P. The myth of asian's miracle. **Foreign Affairs**. v. 73, November-December, 1994. Disponível em: << <http://www.pairault.fr/documents/lecture3s2009.pdf>>>. Acesso em 2 set. 2016.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MARTINS, José Miguel Quedi (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança**. Porto Alegre: Liro Editora Livre, 2013.

NAUGHTON, Barry. **The new common economic program: China's Eleventh Five Year Plan and what it means**. China Leadership, n° 16, 2005. Disponível em: <<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/clm16_bn.pdf>>. Acesso em 16 set. 2016.

_____. **The Chinese Economy: transition and growth**. Cambridge: MIT Press, 2007. Disponível em: << <https://apps.cndls.georgetown.edu/courses/rudolph/g459/files/Naughton-2007-Chpt-3-with-end-of-Chpt-2.pdf>>>. Acesso em: 15 set. 2016.

NOLAN, Peter & ZHANG, Jin. **The challenge of globalization for large chinese firms**. United Nations Conference on Trade and Development. Discussion Papers, n° 16, July 2002. Disponível em: << <https://core.ac.uk/download/pdf/7043282.pdf>>>. Acesso em 3 set. 2016.

NOGUEIRA, I. **Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na china contemporânea**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, A. D. P. de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 46(1), 2003.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda, 2012.

SANO, Junya. **Key targets in the 12th Five-Year Plan and policies for their realization – reason for the 7% growth target**. Pacific Business and Industries, vol. XI, n° 42, 2011. Disponível em: << <https://www.jri.co.jp/MediaLibrary/file/english/periodical/rim/2011/42.pdf>>>. Acesso em 10 out. 2016.

STIGLITZ, Joseph. E. Remark on China's 11th Five-Year Plan: another major step in China's transition to a market economy. Columbia University, 2006, pp. 1-13. Disponível em: << http://policydialogue.org/files/events/Stiglitz_Remarks_on_11th_five_year_plan.pdf>>. Acesso em 15 set. 2016.

SUTHERLAND, D. **China's large enterprises and the challenge of late industrialization**. New York: Routledge, 2002. Disponível em << http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781134403318_sample_543684.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2016.

_____. **China's "national team" of enterprise groups: how has it performed?**. Discussion Paper 23. Nottingham: China Policy Institute of the University of Nottingham, 2007. Disponível em: << <https://www.nottingham.ac.uk/cpi/documents/discussion-papers/discussion-paper-23-china-national-team-groups.pdf>>>. Acesso em Acesso em 29 ago. 2016.

TISDELL, Clem. **Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years**. Brisbane: Economic Theory, Applications and Issues, Working Paper No. 55, 2009. Disponível em: << <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/90624/2/WP%2055.pdf>>>. Acesso em 26 ago. 2016.

THORNSTENSEN, V. **China e EUA – de guerras cambiais a guerras comerciais**. Política Externa, vol. 19, n° 13, pp. 11-34, dez/jan/fev, 2010-11.

THORSTENSEN, V., OLIVEIRA, I. T. M (Orgs.). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. IPEA: Brasília, 2012.

WORLD BANK. Mid-term evaluation of China's 11th Five Year Plan. Poverty Reduction and Economic Management Unit, East Asia and Pacific Region, No. 46355-CN, 2008. Disponível em: << http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/318949-1121421890573/China_11th_Five_Year_Plan_main_report_en.pdf>>. Acesso em 25 out. 2016.

YANG, Ruilong & YONGSHANG, Zhang. Globalisation and China's reforms of State-owned enterprises (SOEs). In: (ed) C. Tisdell. **Globalisation and World Economic Policies**, p. 374-387. New Delhi, India: Serials Publications 2000.

ZONENSCHHEIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do “catch up” e das instituições. 2006.** 200 f. Tese (Doutado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.